

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA SILVA NEVES

SATISFAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO E INTENÇÃO DE VOTO
ESTUDO DAS CAMPANHAS DE REELEIÇÃO DE PREFEITOS DE NOVE
CAPITAIS BRASILEIRAS NAS ELEIÇÕES DE 2008

CURITIBA
2011

DANIELA SILVA NEVES

SATISFAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO E INTENÇÃO DE VOTO
ESTUDO DAS CAMPANHAS DE REELEIÇÃO DE PREFEITOS DE NOVE
CAPITAIS BRASILEIRAS NAS ELEIÇÕES DE 2008

Dissertação apresentada ao programa
de pós-graduação em Ciência Política
da Universidade Federal do Paraná,
como parte da exigência para a
obtenção do título de Mestre em
Ciência Política
Orientadora Prof^a Dra Luciana
Fernandes Veiga

CURITIBA
2011

PV000442456

| | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| UFPR - Sistema de Bibliotecas | |
| Biblioteca | <u>MUEPR</u> |
| Registro nº | <u>56489</u> Data: <u>14/09/2011</u> |
| Doação do Autor | Preço: <u>40,00</u> |

COM COTA DIGITAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 908 Fone: 3360-5233

PARECER

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) mestrando(a) **Daniela Silva Neves**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada "Satisfação com a Administração e intenção de voto: estudo das campanhas de reeleição de prefeitos de nove capitais brasileiras nas eleições de 2008", decidiu favorável à " APROVAÇÃO

.. .. . " do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política
Curitiba, 25 de março de 2011


Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi


Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão


Prof. Dr. Luciana Fernandes Veiga
Orientadora e presidente da banca examinadora



AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não poderia ter sido desenvolvido sem o banco de dados das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e assim agradeço a Diretora do Instituto Ibope Marcia Cavallari por ter liberado o acesso aos bancos de dados das eleições 2008

A professora Luciana Veiga, orientadora, a quem admirava antes de entrar no programa e do qual saio com a admiração redobrada, reconhecendo-a como uma das melhores pesquisadoras brasileiras, da área de comportamento eleitoral. Ao professor Emerson Cervi, pela presteza sempre apresentada, principalmente nos cursos de metodologia e também após, em cada dúvida que eu tive. À colega Sandra Avi dos Santos pela ajuda com a recodificação do banco de dados e por todo o trabalho que tivemos juntas na busca por bibliografia que nos auxiliasse em nossas pesquisas

Aos meus colegas de trabalho, superiores hierárquicos quando do início do mestrado Nelson Souza Filho, Marleth Silva e Danielle Brito, por terem me permitido trabalhar em horário especial para que pudesse cumprir os créditos

Aos meus pais, Eliana e Lafaete Neves, que sempre me ensinaram que crescimento intelectual nunca é desperdício e que o prazer do estudo está em saber que quanto mais se estuda, sempre há mais para se aprender. Ao meu pai também pelos empréstimos de livros e do computador em uma fase importante do desenvolvimento da pesquisa. E a minha mãe pela disponibilidade infinita para tudo

Ao meu melhor amigo, parceiro de vida e amor, Christian Mendez Alcantara, o maior incentivador para que eu tentasse o concurso do Mestrado e que durante todo o curso deu a assistência necessária para que eu pudesse concluir mais essa etapa da vida. Além das conversas e troca de ideias que tivemos nesse período, que me ajudaram para a formatação da dissertação

Aos meus tesouros, Luiza e Felipe. A Luiza principalmente pela ausência em alguns momentos para a conclusão da dissertação. E ao Felipe, que foi crescendo na barriga da mãe durante as aulas e que com 15 dias já estava no Departamento de Ciências Sociais da UFPR. Dedico esse trabalho a meus filhos e ao meu marido

RESUMO

A presente dissertação analisa como a satisfação com a gestão municipal influenciou na decisão do voto em nove capitais brasileiras, nas eleições de 2008. Tal análise foi feita usando variáveis encontradas no banco de dados de pesquisas de satisfação de gestão e intenção de voto realizadas em 2008 em nove capitais brasileiras, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). O trabalho teve como objetivos analisar o peso da satisfação com a administração municipal na definição do voto, e apontar indícios que contribuam para a discussão sobre a satisfação eleitoral, levando em conta a importância dada pelo eleitor aos serviços públicos municipais. Conclui que os estudos sobre poder local no Brasil ainda são poucos e que são importantes para compreender o comportamento eleitoral brasileiro. Ainda conclui que a satisfação com a gestão é fator importante para a definição do voto, assim como a rejeição ao principal adversário e a capacidade que o prefeito tem de melhorar a avaliação da gestão durante a campanha. Por último, a dissertação apresentou indícios de que a satisfação com os serviços públicos ajuda na definição do voto para prefeito.

ABSTRACT

This dissertation explores how satisfaction with the municipal administration influenced the voting decision in nine Brazilian capitals, in the 2008 elections. Such analysis was performed using variables found in database management satisfaction surveys and voting intentions conducted in nine Brazilian capitals in 2008, conducted by the Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). The work is aimed at to analyze the weight of satisfaction with the municipal administration in the definition of voting, and evidence pointing to contribute to the discussion on electoral satisfaction, taking into account the importance given by the voter to municipal utilities. Concludes that studies of local government in Brazil are still few and are important to understanding the Brazilian electoral behavior. Still concludes that satisfaction with management is an important factor for the definition of voting as well as the rejection of the main opponent and that the mayor has the capacity to improve the management evaluation during the campaign. Finally, the thesis has provided some evidence that satisfaction with public services helps in defining the vote for mayor.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 – SATISFAÇÃO DA GESTÃO DOS PREFEITOS ESTUDADOS, AO LONGO DA CAMPANHA | 32 |
| TABELA 2 - REJEIÇÃO AO PREFEITO E AO PRINCIPAL ADVERSARIO- EVOLUÇÃO ENTRE AGOSTO E SETEMBRO | 33 |
| TABELA 3 - REJEIÇÃO AO PRINCIPAL ADVERSARIO X VARIABEL INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO | 34 |
| TABELA 4 - TESTE DE CORRELAÇÃO - ELEITORES QUE REJEITAM O PRINCIPAL ADVERSARIO DO PREFEITO X INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO | 35 |
| TABELA 5 - VARIABEL DEPENDENTE INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO EM AGOSTO | 35 |
| TABELA 6 - VARIÁVEL DEPENDENTE INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO EM SETEMBRO | 36 |
| TABELA 7 – ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS APONTADAS COMO DE MAIOR PREOCUPAÇÃO (COM POSSIBILIDADE DE APONTAR TRÊS) | 40 |
| TABELA 8 – COMPARAÇÃO DE NÚMEROS BRUTOS DE RESPOSTAS EM CADA AREA | 41 |
| TABELA 9 – AVALIAÇÃO DA GESTÃO E INTENÇÃO DE VOTO | 42 |
| TABELA 10 – AREAS DE GESTÃO APONTADAS, AVALIAÇÃO DA GESTÃO E INTENÇÃO DE VOTO | 43 |

SUMARIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 TEORIAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL | 3 |
| 1 1 Decisão do voto | 6 |
| 1 2 A informação limitada para o voto | 8 |
| 1 3 Voto retrospectivo e prospectivo | 11 |
| 1 4 A teoria do voto racional no Brasil | 14 |
| 2 A APLICAÇÃO DAS TEORIAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS | 17 |
| 2 1 A teoria satisfacionista nas eleições de 2008 | 26 |
| 2 2 Reeleição de prefeitos | 29 |
| 3 MODELO UTILIZADO PREFEITO BEM AVALIADO É PREFEITO REELEITO | 32 |
| 4 INFLUÊNCIA DAS ÁREAS DE GESTÃO PARA A SATISFAÇÃO ABRINDO UM DEBATE | 38 |
| 4 1 Variáveis seleccionadas | 39 |
| 4 2 Aplicação dos testes nas eleições estudadas | 40 |
| CONCLUSÃO | 48 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 52 |
| Anexo | 58 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa como a satisfação com a gestão municipal influenciou na decisão do voto em nove capitais brasileiras, nas eleições de 2008. Tal análise será feita a partir de bancos de dados de pesquisas de satisfação de gestão e intenção de voto realizadas em 2008 em nove capitais brasileiras, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Destas capitais, em oito os prefeitos foram reeleitos - Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Salvador, Goiânia, Maceió e Fortaleza – e em uma o prefeito foi derrotado: Manaus.

A presente dissertação tem dois objetivos: 1) analisar o peso da satisfação com a administração municipal na definição do voto; 2) apontar indícios que contribuam para a discussão sobre a satisfação eleitoral, levando em conta a importância dada pelo eleitor aos serviços públicos municipais.

De acordo com os estudos de eleições majoritárias federais que analisam a satisfação do eleitor com a gestão pública, é a percepção da atuação na economia o fator fundamental para a definição do voto. A presente pesquisa vai analisar o peso da satisfação da gestão para a intenção de voto para prefeito.

A importância desse estudo se justifica porque, diferentemente dos estudos sobre eleições nacionais, que se encontram de forma mais avançada, tanto na parte teórica quanto na metodológica, ainda há poucos estudos sobre comportamento eleitoral local.

Desde a Constituição de 1988, os municípios ganharam mais autonomia e ficaram responsáveis pela aplicação de serviços essenciais para a comunidade, como a saúde e a educação. Impulsionados pelo próprio Governo Federal, os municípios passaram a ser os maiores provedores universais dos serviços de saúde e educação fundamental (SOUZA, 2004). Mesmo que boa parte dos serviços precisem de programas de financiamentos da União devido à dificuldade de os governos locais darem conta, com seus orçamentos, de todas as demandas.

Na presente pesquisa, parte-se da hipótese de que o eleitor leva em consideração a atuação da prefeitura na definição do voto. Ou seja, se está satisfeito com a administração municipal, vota com o prefeito. Se pelo contrário, considera-se insatisfeito, vota com a oposição.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira apresenta a abordagem teórica da qual a dissertação parte, fazendo referência a alguns dos

principais estudos sobre comportamento eleitoral, principalmente sobre a escolha racional do voto e a teoria satisfacionista. Mostra os princípios metodológicos e os pressupostos dessa linha de pesquisa. A segunda parte faz um recorte desde a década de 70 sobre estudos de comportamento eleitoral no Brasil que usam pesquisas de satisfação com administração municipal e intenção de voto, mostrando como tal teoria satisfacionista é utilizada, mesmo em estudos importantes que não tinham como objetivo maior analisar a satisfação do eleitor com o poder local. Da década de 70 para cá, diversos trabalhos brasileiros vêm sendo realizados para tentar entender como a satisfação com a gestão do município influencia na eleição local e é disso que trata o capítulo 2.

O capítulo 3 apresenta o modelo do qual se parte para analisar a importância da satisfação do eleitor. No capítulo 4 é iniciada uma discussão sobre a satisfação das gestões municipais através dos serviços públicos oferecidos por elas. Além da satisfação geral com a administração, o presente trabalho pretende iniciar uma discussão, na tentativa de aprofundar o debate sobre satisfação da seguinte forma: em algumas rodadas de pesquisas realizadas pelo Ibope em 2008, o instituto de pesquisa faz a seguinte pergunta ao eleitor: Por favor, digam-me quais são as três áreas que mais tem preocupado o (a) Sr (a) e a sua família atualmente? Essas respostas não medem o grau de satisfação do eleitor com as determinadas áreas, mas indicam a importância dada por ele para cada serviço público.

Desta maneira, por estar trabalhando com dados secundários e por não ter acesso àquela pergunta que seria ideal para a discussão sobre a importância da avaliação do serviço público para a decisão do voto, a proposta é de apenas iniciar o debate sobre se tais serviços influenciam na definição do voto. Estamos certos de que outros estudos poderão aprofundar tal discussão futuramente.

É utilizada uma rodada de pesquisa por cidade que incluem tal pergunta no questionário. Isso porque não são todas as rodadas que apresentam tal pergunta. Foram escolhidas as pesquisas realizadas em segunda, ou terceira rodada durante a campanha de 2008, entre a metade de agosto até a metade de setembro, dependendo do caso de cada cidade.

1 TEORIA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

O presente trabalho utiliza a teoria satisfacionista, que tem origem na teoria da escolha racional. Duas outras grandes linhas que explicam o comportamento eleitoral e a decisão do voto: o modelo de explicação histórico-contextual e a teoria psicológica de explicação do comportamento político¹. Porém, o presente estudo dedica-se apenas à teoria da escolha racional.

A teoria da escolha racional analisa o comportamento instrumental do indivíduo. Pela teoria satisfacionista, o eleitor age como um juiz, decidindo se o governante deve ou não continuar no governo (CAMARGOS, 2003, CARREIRÃO, 2002).

Os teóricos da escolha racional tentam prever comportamentos racionais, pois as decisões tomadas aleatoriamente não obedecem a nenhum padrão. O fundamento da teoria é a premissa de que o indivíduo tenta relacionar de forma eficiente meios escassos e o fim a qual se propõe. A racionalidade entendida é a da correspondência ótima entre meios e fins. Acreditam que os atores racionais, diante de alternativas, escolhem aquela que sirva para otimizar seus desejos, para atingir seus objetivos.

Atos racionais maximizam preferências ou desejos, dadas determinadas crenças. “Colocado de outra forma, a racionalidade requer que crenças, desejos e ações se relacionem de uma forma particular. Nesse sentido, a racionalidade é uma

¹ A corrente sociológica defende que aspectos sociais, como local de residência e classe social, explicam a decisão do voto. O comportamento político se dá pela interação social, pela possibilidade de interação extragrupo social, pela influência maior, ou menor, em função do nível de coesão de idéias do grupo de referência (LAZARSFELD, 1944). Não é o indivíduo e sim coletivos sociais que importam nessa dinâmica política. O comportamento político deve ser analisado em seu contexto social e não como atividade autônoma. A corrente psicológica foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores na Universidade de Michigan (EUA). Conhecido como “Modelo de Michigan”, busca a causalidade ao nível psicológico, no qual o indivíduo é a unidade de análise (RADMANN, 2001). Por essa corrente, não existe uma homogeneização de posicionamento político de acordo com a religião, ou a classe social. É sim o conjunto de valores que definem o comportamento político. Sabendo quais são esses valores, pode-se antecipar o comportamento político. Os maiores teóricos dessa corrente são Angus Campbel e Philipe Converse, autores de *The American Voter* (1964). Entendem que esse sistema de crenças e valores gera uma identidade partidária e por isso uma preferência de voto em um determinado partido.

condição de consistência que sustenta que essa relação seja válida para todas as crenças, desejos e ações.” (FEREJOHN; PASQUINO, 2001, p. 7). Os desejos são de alguma forma fixos ou definidos antes da escolha da ação. São os desejos ou as preferências que serão satisfeitos na escolha.

Por ser esse cálculo individual, a teoria utiliza o individualismo metodológico, que estabelece que os fenômenos devam ser explicados em termos das ações dos indivíduos “(...) que operam sob determinadas coerções.” (TSEBELIS, 1998, p.35).

O individualismo metodológico é uma posição que explica instituições, padrões de comportamento e processos sociais em termos de indivíduos, sejam suas ações, propriedades e relações. “É uma forma de reducionismo, o que quer dizer que nos leva a explicar fenômenos complexos em termos de seus componentes mais simples” (ELSTER, 1989, p. 37). O reducionismo é uma estratégia para procurar micro fundamentos. “Basta dizer que nossa confiança e compreensão aumentam se abriremos a ‘caixa-preta’ para ver as engrenagens do mecanismo interno” (ELSTER, 1989, p. 37).

Tal redução, no entanto, não pretende chegar ao ponto de entender a formação das preferências. Não quer entender suas crenças e valores e sim parte de tais preferências como dadas. A análise é feita a partir do que importou para que tomassem um determinado caminho ao invés do outro em uma situação específica. “É verdade que a ação pode ser explicada em termos das preferências e crenças dos atores, mas essa não é uma explicação profunda. Crenças e motivos não são idênticos para todos os indivíduos nem estáveis no tempo.” (ELSTER, 1989, p. 42).

Assim, não há abertura para entendimento da complexidade dos motivos que levaram um ator a agir de determinada forma. O ator é aqui entendido como um consumidor racional. “Correspondendo ao notório *homo economicus* que Veblen e outros censuraram severamente, nosso *homo politicus*, é o homem médio do eleitorado, o ‘cidadão racional’ de nossa democracia modelo.” (DOWNS, 1999, p. 29). É o homem egoísta, no sentido de que toma decisões auto-interessadas.

George Tsebelis lista critérios de exigências fracas e fortes de um comportamento racional: para que um comportamento seja considerado racional, há impossibilidade de crenças ou preferências contraditórias, pois se um ator tem crenças contraditórias, ele não pode raciocinar. Também há impossibilidade de preferências intransitivas. Ou seja, ele deve ter uma hierarquia de preferências. “O axioma de preferências estabelece que, se um ator prefere a alternativa (a) à

alternativa (b) e prefere a (b) à (c), então necessariamente ele prefere (a) à (c)” (TSEBELIS, 1998, p. 39). Ainda, uma ação racional deve obedecer aos axiomas de cálculos de probabilidade. Assim, os atores racionais maximizam a sua utilidade esperada, calculando a probabilidade de que esse evento ocorra. Essas são as que Tsebelis chama de exigências fracas de racionalidade.

Além dessas, o autor considera três exigências fortes da racionalidade. A primeira delas remete à teoria dos jogos, cujo um dos fundadores é John Nash. Pela teoria dos jogos, os jogadores utilizam estratégias mutuamente ótimas de equilíbrio, realizam uma combinação estratégica na qual ninguém tem incentivos para se desviar dela. Segundo Tsebelis, uma das exigências fortes da racionalidade é que as estratégias são mutuamente ótimas em equilíbrio ou, em equilíbrio, os jogadores obedecem às prescrições da teoria dos jogos. “O problema passa a ser o de escolher o mais razoável. Quando há mais de um equilíbrio razoável, a coordenação entre os jogadores torna-se um problema.” (TSEBELIS, 1998, p. 42). A segunda exigência é que as probabilidades subjetivas se aproximem das frequências objetivas. Se a probabilidade estimada não se aproximar das frequências objetivas, ou em outras palavras, se a ação não produzir o resultado esperado, os atores racionais têm condições de melhorar o resultado a logo prazo, modificando sua ação em uma próxima ocasião.

A terceira exigência forte de racionalidade é que as crenças devem se aproximar da realidade. Esse cálculo leva em conta as crenças dos oponentes e para ela, sendo importante ter informações. Se o jogador não atualizar as informações, pode ficar vulnerável perante o oponente. O comportamento deve refletir as prescrições de utilidade esperada ou da teoria dos jogos; em caso contrário, o ator pagará um preço.

Para George Tsebelis, o conceito de racionalidade é melhor aplicado como um subconjunto de comportamento humano. Isso em função de situações de pouca previsibilidade, como objetivos confusos dos atores, ou à medida que as regras da interação tornam-se mais fluídas e imprecisas. “(...) sustento que a escolha racional é uma abordagem melhor para situações em que a identidade e os objetivos dos atores são estabelecidos, e as regras de interação são precisas e conhecidas pelos atores em interação.” (TSEBELIS, 1998, p. 45).

1.1 Decisão do voto

De acordo com Downs (1999), o eleitor mediano e autointeressado, minimiza os custos para obter informações procurando maximizar seus ganhos ao tomar uma decisão sobre votar e em quem votar. O cidadão age para diminuir seus custos de informação, priorizando as que chegam de forma gratuita, seja de atividades de governo e partidos políticos, peças publicitárias, informações passadas por grupos de interesse, conversas, grupos de discussão, ou ainda fonte de entretenimento. São informações acidentais e buscadas. “(...) nossa expectativa a priori é que, se puderem, os cidadãos racionais procurarão obter de outras pessoas suas informações políticas gratuitas” (DOWNS, 1999, p. 248). Daí a importância dos chamados formadores de opinião para a coleta de informações. É a busca da informação por agentes especializados – colunistas políticos, comentaristas, editorialistas – que, ao serem utilizados, reduzem enormemente os custos da coleta. Para Downs, essa lógica gera um processo decisório governamental desigual. “Portanto, os bem-informados têm uma grande influência sobre a determinação de que políticas públicas o governo seguirá.” (DOWNS, 1999, p.266). Ou seja, importa mais para o governo quem tem maior acesso às informações.

Segundo Downs (1999), o cidadão adquire informação política por duas razões principais: decidir em quem votar e formar opiniões com as quais podem influenciar a formação de políticas governamentais durante o período entre eleições. “A decisão de voto é tomada em vista das políticas que o governo perseguiu durante o período eleitoral. É a reação do eleitor ao que quer que o governo já tenha feito” (DOWNS, 1999, p.257). O eleitor organiza as alternativas segundo uma ordem de preferência e pode decidir por uma das alternativas. Porém, sob as mesmas condições, toma sempre a mesma decisão.

Samuel Popkin (1991) analisa como os eleitores compreendem o governo e candidatos e também como são determinados os temas que serão centrais em uma campanha. Diz que o eleitor toma sua decisão de voto baseado em pouca informação, o que chama de “Teoria da racionalidade de baixa informação”. Para Popkin, a racionalidade do voto é construída usando vários atalhos para simplificar a escolha entre candidatos. Ele valida suas opiniões em conversações com outras pessoas nas quais acredita e conforme a opinião de figuras nacionais nas quais acredita. A informação que obtém no seu dia-a-dia, fragmentada, seja pela mídia ou pela própria campanha política, forma a opinião dele. “Eleitores têm uma limitada

quantidade de informação sobre política, um limitado conhecimento sobre como governos trabalham e um limitado entendimento sobre como governos estão conectados para as conseqüências das imediatas preocupações com eles.” (POPKIN, 1991, p.8).

O foco dos eleitores não está apenas nas suas próprias preocupações e preferências, mas nas das outras pessoas. A campanha transforma o “O que você tem feito por mim ultimamente?” por “O que você tem feito por nós ultimamente?” É essa transformação que pode determinar quando um tema é central na decisão do voto. O que faz um tema central é a motivação do eleitor para reunir informações sobre ele. Segundo Popkin (1991), o voto é resultado da associação entre a informação pessoal, problemas pessoais e experiências pessoais com o governo, além de suas avaliações e escolhas. A decisão, assim, depende de diversas variáveis: o que o eleitor acredita que o governo pode fazer, o que sabe sobre o que as outras pessoas querem do governo, além das informações que obtém nos meios de comunicação e nas campanhas políticas. Trazem para essa conta suas expectativas sobre o futuro e o tipo de programas de governo que acreditam serem os mais relevantes para eles para os próximos anos.

Os eleitores, porém, fazem distinção entre problemas de governo e seus problemas pessoais. Quando pensam sobre o governo, trazem apenas seus problemas pessoais que acreditam fazer parte da agenda política, os problemas de governo que podem ser resolvidos por quem eles escolherem para depositar o voto. “O voto é mais do que a expressão direta do voto de um grupo social, ou problemas pessoais. Eleitores somam condições pessoais e separam seus próprios problemas dos problemas do governo.” (POPKIN, 1991, p. 34). Consideram não somente temas econômicos, mas relacionados à família, residência e temas de consumo. Pensam não apenas em suas necessidades imediatas, mas também na opção mais segura, avaliando seus problemas futuros, levando em consideração não apenas benesses privadas, mas também em bens coletivos. Pensam não apenas no futuro imediato, mas também em longo prazo.

A campanha política emerge como uma instância organizadora de informações, fornecendo ao eleitor dados sobre os candidatos e adversários, permitindo a construção da imagem, agenda e propostas políticas. “A função da campanha eleitoral consiste em promover a articulação do conhecimento adquirido

pelo eleitor sobre a política e o governo, orientando a decisão do voto.” (TELLES, 2009, p.144).

Durante a campanha, os eleitores podem distinguir seus problemas individuais daqueles que são provocados pelo governo. Podem observar as diferentes esferas de poder e responsabilizar os distintos níveis de governo pelas dificuldades que enfrentam. Podem separar a situação atual das perspectivas sobre o futuro. Por isso, o caminho percorrido até o voto é complexo (TELLES, 2009).

A teoria racional tem sido bastante utilizada para explicar a decisão do voto, dividindo espaço com a teoria psicológica. Porém, uma corrente mais recente entende que a decisão pode ser racional e, concomitantemente, psicológica. Pela teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN, P. e LEVENDUSCKY, 2009), os eleitores não tomam suas decisões de maneira aleatória e sim elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Essa escolha é feita por dois tipos de mecanismo: um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos. Porém, por entender que tal corrente possui pressupostos diferentes, embora não contraditórios, do marco teórico aqui defendido, essa teoria não será aprofundada.

1.2 A informação limitada para o voto

Um modelo de eleitor ideal seria formado por aquele que escolhe diante de alternativas apresentadas e que podem ser comparadas. Um eleitor autointeressado, que busca informações a respeito do candidato a fim de compará-los e assim tomar sua decisão. Porém, diversos autores entendem que o eleitor escolhe baseado em informação fragmentada, como aquele caracterizado por Popkin (1991) em sua “Teoria da racionalidade de baixa informação”. Para Popkin, o eleitor utiliza atalhos para simplificar suas escolhas. Valida suas opiniões em conversações com outras pessoas nas quais acredita. Decide seu voto diante das alternativas apresentadas de candidato, levando em consideração suas expectativas sobre o futuro e o tipo de programas de governo que acredita ser os mais relevantes para ele para os próximos anos. Para isso, analisa como o atual governo se saiu e, se for de maneira satisfatória para ele, tende a votar com a situação. Se, ao contrário, não se sentiu satisfeito com a gestão como um todo, tende a votar na oposição.

Herbert Simon (1970) apresenta um processo de escolha com baixa informação, no que chama de racionalidade limitada. Simon fala da imperfeição do conhecimento para a tomada de decisão, pois a racionalidade requer um conhecimento completo e inalcançável das consequências exatas de cada escolha:

“Na realidade, o ser humano possui apenas um conhecimento fragmentado das condições que cercam sua ação, e ligeira percepção das regularidades dos fenômenos e das leis que lhes permitiriam gerar futuras consequências com base no conhecimento das circunstâncias atuais.” (SIMON, 1970, p.84)

O comportamento real não alcança racionalidade objetiva, de acordo com Simon, principalmente por três razões:

- A racionalidade requer um conhecimento completo e antecipado das consequências resultantes de cada opção a ser tomada. Assim, na prática, o conhecimento dessas consequências é sempre limitado.
- Considerando que essas consequências pertencem ao futuro, a imaginação deve suprir a falta de experiência em atribuir valores, embora esses só possam ser antecipados de maneira imperfeita.
- A racionalidade pressupõe uma opção entre todos os possíveis comportamentos alternativos. No comportamento real, porém, apenas uma fração de todas essas possíveis alternativas é levada em consideração.

Como não tem todos os elementos necessários, Simon diz que o indivíduo faz simplificações na tomada de decisões. Desta forma, a racionalidade é limitada. Isso não significa que a decisão não possa ser boa.

Normativamente, os eleitores deveriam ter um extensivo estoque de conhecimento obtido por meio de pesquisa detalhada que considera a respeito de todos os candidatos, em todos os seus atributos. “Com certeza, a maior parte dos cidadãos, na verdade, não faz isto. E essa falha é geralmente considerada um impedimento para a boa cidadania.” (REDLAWSK, 2004, p. 1).

Esse processamento limitado de informações mostra que os eleitores não podem ser considerados máquinas calculadoras puramente racionais. “Mas, como Simon apontou, usando atalhos, ou heurística, votantes podem ser capazes de tomar boas decisões mesmo sem aprender tudo que há sobre os candidatos.

Algumas vezes as decisões podem ser boas o suficiente” (REDLAWSK, 2004, p. 1). Para compensar a falta de conhecimento, o eleitor adota uma estratégia de usar atalhos. Ele tenta tomar boas decisões usando o mínimo necessário para superar o limite cognitivo.

Quando as alternativas são poucas e o número de atributos a serem analisados é limitado, a decisão é mais simples. Agora, quando as alternativas são muitas, quando as informações são diversas - e geralmente aparecem de maneira caótica -, a decisão é considerada mais importante e aí pode ser falha em função dos seus limites cognitivos (REDLAWSK, 2004).

O autor diz que a busca por informação é feita por três chaves cognitivas usadas pelo eleitor:

A primeira é feita com o aprofundamento da pesquisa: refere-se à quantidade disponível de informações consideradas importantes na tomada de decisão. A pesquisa pode ser profunda, examinando todos os atributos disponíveis considerados importantes na decisão. Ou o foco pode estar em um conjunto limitado de atributos e, ou um conjunto limitado de candidatos. A pesquisa profunda é considerada por ele uma regra compensatória da pouca informação que o votante possui.

Quando a pesquisa é feita de maneira superficial, usando de um pequeno esforço para comparar candidatos e poucos atributos, é o que ele chama de regras não-compensatórias.

A segunda chave é a comparação de alternativas consideradas, que indica o grau que o eleitor reúne das mesmas informações sobre os candidatos considerados importantes. “Uma alta comparação entre os candidatos sugere que o exame foi praticamente igual. Quando combinado com uma pesquisa profunda, isso mostra mais evidências de uma regra de compensação.” (REDLAWSK, 2004, p. 5).

Por outro lado, pouca comparação entre candidatos ocorre quando as informações adquiridas variam substancialmente sobre cada candidato, o que sugere que foi usada uma regra não-compensatória e combinada com uma pesquisa não aprofundada.

Finalmente, a sequência de pesquisa – a ordem na qual as informações são acessadas – também fornece *insights* sobre as regras de decisão. Os eleitores podem acessar atributos intra-candidatos de forma aleatória, ou podem acessar de forma sistemática, primeiro buscando atributos-intra, procurando atributos em um

candidato e usando o mesmo atributo para outro candidato. O segundo é o intra-candidatos, o eleitor busca dentro de um único candidato para compreender seus vários atributos e somente depois busca tais atributos em outro candidato. De acordo com Redlawsk (2004), essa é a forma que o eleitor utiliza para a sua escolha de candidato no mundo real, diferente do mundo idealizado, no qual os eleitores têm um profundo conhecimento sobre todos os candidatos e assim conseguem comparar de forma perfeita todos os atributos deles.

Ao contrário, diz Redlawsk (2004), o eleitor busca simplificação do seu processo de escolha, utilizando regras compensatórias, ou não-compensatórias.

A decisão que utiliza da satisfação pode ser considerada uma regra compensatória, nos moldes de Redlawsk (2004). Pois se o eleitor não tem todas as informações que precisa para a tomada de decisão, utiliza o que conhece para comparar. Ou seja, se está satisfeito com a atual gestão, é um atributo que leva em consideração na comparação com os demais candidatos. Se não se sente satisfeito, também leva sua falta de aprovação na análise dos candidatos. Ou seja, se o mundo atual não está bom, qual dos candidatos pode me apresentar uma alternativa melhor de futuro. Da mesma forma, se o mundo atual está bom, qual dos candidatos pode ajudar a manter tal situação.

1.3 Voto retrospectivo e prospectivo

Para Downs (1999) o voto retrospectivo – aquele no qual o eleitor decide de acordo com a percepção do desempenho do atual governante na economia – está intimamente ligado ao voto prospectivo – os eleitores projetam expectativas sobre as ações de um determinado partido se ele vier a vencer -- Ou seja, o eleitor imagina, a partir da plataforma do candidato da situação, o futuro levando em consideração as ações realizadas no atual governo. O eleitor busca maximizar seu bem-estar futuro.

O que separa essa teoria maximizante da satisfacionista é que para V O Key e os economicistas em geral, o eleitor escolhe, dentre as alternativas disponíveis, a que garanta minimamente a satisfação de seus interesses (KEY, 1996, apud FIGUEIREDO, 1991). Assim, o conceito de voto retrospectivo foi suavizado por aqueles que acreditam no voto satisfacionista.

Pela teoria satisfacionista, o eleitor age como um juiz, decidindo se o governante deve ou não continuar no governo. Se o desempenho do governante for satisfatório de acordo com alguns padrões simples, o eleitor vota para mantê-lo e se for considerado não-satisfatório, a oposição ganha espaço (CAMARGOS, 2003).

V. O. Key na obra *The responsible electorate* (KEY, 1996, appud CAMARGOS, 2003), diz que, mesmo desinformados e pouco preocupados com a política, os eleitores votam de acordo com seu grau de informação e de conhecimento sobre determinados partidos políticos. Para Key, o eleitorado é movido por preocupações sobre questões centrais e pertinentes de políticas públicas, desempenho governamental e personalidade executiva. Se a economia vai bem, os governantes são recompensados, ganhando mais votos; se vai mal, a oposição é favorecida. Assim, para Key, a decisão do voto é retrospectiva porque o julgamento da administração é feito através de eventos passados, performances passadas e ações passadas (FIORINA, 1981).

Para Morris Fiorina, no livro *Retrospective Voting in American National Elections* (1981), o sistema recompensa-punição não explica completamente o comportamento eleitoral porque deixa de fora a identificação partidária prévia e as expectativas em relação a determinados assuntos. Por isso fez a ligação entre as expectativas dos eleitores com o futuro e sua decisão de voto. De acordo com Fiorina, para Downs o conhecimento do passado é importante para a sua expectativa em relação ao futuro. “Eles exploram as ações futuras pelas ações passadas e calculam as consequências dessas ações”² (FIORINA, 1981, p. 196). Mas Fiorina entende que a avaliação retrospectiva tem impacto direto na formação das expectativas em relação ao futuro e sobre a preferência partidária e, por isso, sobre a decisão do voto. “Expectativas futuras são tão importante empiricamente porque elas são o final da cadeia, a destilação de inúmeras avaliações e experiências de um eleitor do passado”² (FIORINA, 1981, p. 197).

Assim, Fiorina sugere que tanto a avaliação de Key quanto a de Downs devem ser consideradas, porém é importante incorporar outras questões. Boas performances passadas, assim como expectativas futuras favoráveis são questões relevantes na decisão do voto, mas ainda há a presença de um oponente que pode

² Tradução livre feito pela autora de acordo com texto do livro em inglês.

ter sucesso ao se apresentar como aquele mais favorável para as expectativas futuras.

Diante das opções de voto, o eleitor tende a simplificar o espectro político, dividindo dicotomicamente entre propostas satisfatórias e não satisfatórias. “O comportamento humano, para essa teoria, é “satisfacionista”, avalia apenas o custo e benefício da ação. O que importa para o indivíduo é a eficácia da política em produzir os benefícios esperados.” (RADMANN, 2001, p. 32). Assim, o sucesso eleitoral dos candidatos do governo depende do desempenho do mandato. Se “vai mal”, a oposição tende a ganhar espaço.

O voto retrospectivo é fruto da percepção da evolução das políticas realizadas pelo partido, ou pelo candidato, durante o tempo em que exerceu o mandato representativo (TELLES, 2009). Para obter o voto do eleitor que raciocina retrospectivamente, a campanha investe na divulgação das políticas públicas e projetos executados, na história do partido e do candidato. Já a campanha que utiliza o voto prospectivo dará ênfase nas propostas projetadas para o futuro. “Caberá ao eleitor selecionar aquela proposta que lhe pareça ser a melhor. Assim, o principal elemento de uma campanha é a apresentação das vantagens que o eleitor poderá obter em caso do ganhador adotar um determinado programa.” (TELLES, 2009, p. 149).

No debate eleitoral, duas vertentes moldam os argumentos dos candidatos: “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” ou “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor” (FIGUEIREDO, 2000, p. 152). A primeira vertente é típica de oposição e a segunda típica de situação. É a construção do mundo possível, seja passado, ou futuro. Nesse processo de persuasão de uma campanha, os candidatos transitam por esses mundos possíveis, atuais e futuros. Essa é a retórica do argumento dos candidatos, desenhando o mundo presente e futuro conforme a sua lógica e tentando persuadir o eleitor com o discurso de que somente ele é capaz de garantir o mundo futuro desejado pelo eleitor.

Os temas centrais de campanha definem o discurso. Se em uma eleição houver um tema dominante, o candidato que dominá-lo terá maiores chances eleitorais (FIGUEIREDO, 2000).

Figueiredo (2008) observa que a aplicação da teoria do comportamento racional do voto está sujeita a restrição. Para que seja aplicada, é preciso que o eleitor se veja diante de alternativas realizáveis e comparáveis entre si. Caso

contrário, deixa de ser um problema de racionalidade porque com apenas uma alternativa, o eleitor não tem o que decidir. Também não se aplica em casos de “falsa oportunidade” de escolha. Nos chamados “currais eleitorais”, o eleitor está diante de uma dessas falsas oportunidades, pois os benefícios ou retaliações que estão sujeitos não dependem de suas opções, mas da chance de vitória do candidato. “Se o candidato ganhar, tudo bem; se ele perder, de nada adianta dizer que votou nele. Nesse caso a única opção é votar, independentemente das vontades individuais” (FIGUEIREDO, 2008, p. 135). Com isso, fica eliminada a possibilidade de argumento racional.

1.4 A teoria do voto racional no Brasil

Alguns estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil aplicaram a teoria do voto satisfacionista e de identificação partidária em resultados de eleições brasileiras.

Antônio Lavareda, analisando a pesquisa de avaliação do governo federal em 1989, mostra que a campanha para a Presidência da República iniciou com baixa popularidade do governo. “A avaliação do governo de José Sarney (...), depois de altos e baixos no enfrentamento da inflação crônica, amargava, segundo o Ibope, em plena campanha, 59% de avaliação negativa contra apenas 8% de opiniões positivas” (LAVAREDA, 2009, p. 53). Dessa forma, a rejeição ao candidato considerado aliado do então presidente José Sarney explica o porquê os candidatos procuraram manter em relação ao governo a maior distância possível.

Yan Carreirão (2002) analisa as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 tentando dimensionar possíveis influências do voto do eleitor aos fatores: avaliação do desempenho do governo, especialmente na área econômica; avaliação dos atributos pessoais do candidato; imagem política que o eleitor faz de candidatos e partidos e escolaridade. Com relação à avaliação de desempenho do governo em exercício, conclui que os percentuais de voto no candidato governista em cada eleição variaram com a avaliação do desempenho do governo em exercício. No governo Sarney, houve uma evidência de influência negativa do governo ao resultado da eleição, com a vitória de um candidato de oposição.

Em 1994, o peso do Plano Real, avaliado positivamente, foi elemento decisivo na eleição, com a vitória do candidato de situação. Da mesma forma, em 1998 o

desempenho econômico do governo contou na decisão do voto. “A avaliação do desempenho do governo, foi o fator mais associado ao voto dos eleitores, refletindo em grande parte o fato de o presidente em exercício ser candidato à reeleição” (CARREIRÃO, 2002, p. 175). Essa avaliação foi muito influenciada pela avaliação do desempenho econômico do governo, principalmente sobre as taxas de inflação. Resultou no que Carreirão chama de “voto econômico” em que o eleitor tende a votar no candidato do governo quando avalia que a situação econômica vai bem e votar na oposição quando a situação está ruim.

Malco Braga Camargos (2003) utiliza dados coletados em seis *surveys* nacionais entre junho e setembro de 1998 para avaliar o grau de influência da percepção da economia pelo eleitor sobre o seu voto. Conclui que a lógica do eleitor brasileiro não é irracional. Os eleitores brasileiros são capazes de diferenciar as alternativas que lhe são apresentadas em uma campanha e escolher aquela que combina com as suas expectativas e avaliações (CAMARGOS, 2003).

Camargos conclui que os eleitores que avaliam positivamente a atuação do governo e acreditam que no futuro estarão melhor do que hoje tendem a votar no candidato de situação, enquanto que os insatisfeitos com o desempenho do atual governo, ou mais pessimistas quanto ao futuro pessoal, tendem a votar na oposição. “O eleitor brasileiro decide a direção do seu voto olhando para o passado e também construindo futuros possíveis (...)” (CAMARGOS, 2003, p. 143).

Para tal avaliação, o Horário Eleitoral parece contribuir por ser a “hora da política” (VEIGA, 2003). O eleitor precisa votar e para isso necessita se informar. O horário eleitoral serve, nesse sentido, como uma fonte de informação sobre os candidatos e suas propostas.

“É possível perceber que nesse momento as pessoas passam a ser consumidoras de informações eleitorais. É preciso ressaltar que tudo isso acontece dentro de um limite da economia do cotidiano, ou seja, o dia-a-dia do homem comum continua sendo pautado por suas demandas privadas de trabalho, família, descanso. Mas agora, além desses itens, ele passa também a se preocupar em obter informação política.” (VEIGA, 2003, p. 146).

Em depoimentos coletados por Luciana Veiga sobre a percepção do HGPE, é possível entender como a avaliação do governo é ajudada pelo próprio programa

eleitoral do governante, que tem no horário eleitoral um espaço para divulgar o que fez:

“O que me chamou a atenção no horário eleitoral hoje foi o Fernando Henrique falando sobre o que ele fez para a saúde. Eu não conhecia essa parte. Eu achava que ele não estava nem ligando para a saúde. O programa me ajudou a conhecer a parte da saúde, trouxe informação nova” (VEIGA, 2003, p. 147, depoimento dado em um grupo focal).

Os estudos sobre desempenho eleitoral no Brasil que partem da teoria satisfacionista para analisar as eleições federais -- principalmente no desempenho dos candidatos a presidente da República --, realizam suas análises sobre comportamento eleitoral relacionado com a satisfação quanto à Política Econômica. O desempenho da economia parece ser, para esses autores, o principal critério utilizado pelo eleitor na decisão do voto, mesmo o eleitor mediano, que não tem conhecimento profundo sobre Economia. Mas questões como índice de inflação e geração de emprego são percepções reais tanto para o eleitor de baixa renda como para de classes superiores. É o chamado “voto econômico”.

Este capítulo apresentou, em linhas gerais, como a teoria da escolha racional estuda o comportamento eleitoral e, como consequência, a decisão do voto. Descreveu a teoria satisfacionista pela qual o eleitor age como juiz, decidindo se o governante deve continuar -- ou o candidato apoiado por ele vencer -- se está satisfeito com a administração, ou, ao contrário, deve sair do governo, se não está satisfeito. Também mostrou a teoria do voto retrospectivo e prospectivo, que é a forma de avaliação feita pelo eleitor para a decisão do voto. Por fim, foi feito um breve levantamento sobre alguns estudos das eleições presidenciais brasileiras que utilizam a teoria da escolha racional e satisfacionista.

No próximo capítulo, o presente estudo vai apresentar o trabalho de diversos autores que utilizaram pesquisas de satisfação para estudar o comportamento eleitoral em pleitos municipais do Brasil.

2 A APLICAÇÃO DAS TEORIAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Na década de 70, alguns estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil utilizaram pesquisas para entender a racionalidade do voto dentro do processo eleitoral vigente. Mesmo se tratando, naquela época, de um sistema bipartidário, que poderia servir apenas como uma forma aparente de legitimar o regime autoritário, cientistas políticos brasileiros propuseram-se a estudar como o eleitor estava “amadurecendo” com os resultados das eleições.

A coletânea *Os partidos e o regime* (REIS, 1978) analisa o impacto do comportamento eleitoral no poder local, diante das eleições municipais de 1976. Através de *surveys* realizados em quatro cidades médias- Presidente Prudente (SP), Juiz de Fora (MG), Caxias do Sul (RS) e Niterói (RJ) --, os artigos tentam explicar o “recado das urnas” diante das alternativas ARENA, partido ligado ao regime autoritário e governo federal, por isso situacionista, e MDB, considerado o “partido dos pobres”. Os questionários fornecem elementos para uma análise da decisão de votar e de correlatos sócio-econômicos, informacionais e ideológicos. O caráter local das eleições era uma oportunidade de contrapor fatores puramente locais às preocupações mais amplas da política nacional. De acordo com os autores, o presidente Ernesto Geisel tentava dar ao pleito um caráter plebiscitário às eleições de 1976. A intenção principal dos autores do livro é analisar a identificação partidária dos eleitores com a ARENA e MDB. Para a presente pesquisa, esses estudos, mesmo não tendo a satisfação do eleitor com os serviços públicos como foco principal, mostram como o morador dessas cidades médias se comportou diante da satisfação tanto com o poder local quanto com a política nacional. Como o sistema era bipartidário, o resultado das urnas pode significar uma resposta à satisfação com o regime e a vontade de mudança, tanto em nível local como reflexo da política nacional.

Em Presidente Prudente, eleição analisada por Bolívar Lamounier, o MDB havia saído vitorioso em 1974 (eleições para a Assembléia Estadual e Senado), porém, em 1976, perde para a ARENA no pleito local. Lamounier diz que, apesar de Presidente Prudente não ter uma massa de operários industriais, associações sindicais ou vida estudantil, não se deve analisar o resultado das eleições municipais apenas como uma questão de localismo do pleito municipal. Nenhum dos

candidatos (dois da ARENA, sendo um claramente situacionista, e três oposicionistas do MDB) apresentou uma plataforma definida, ou um diagnóstico distinto a respeito dos problemas do município. Todos falavam da necessidade de atrair indústrias, situando aí o problema local de empregos. Referiam-se à precariedade dos serviços municipais, como conservação de ruas, água, esgoto e iluminação. O discurso dos emedebistas não chegava a ameaçar a ARENA e com isso quem ganha espaço é o empresário Paulo Constantino, que entra em setembro na disputa pela ARENA, e se apresenta como o elemento “modernizador”. Empresário bem-sucedido, dizia querer implantar na prefeitura local os métodos de trabalho que fizeram sucesso em sua vida empresarial. Travou com Antonio Sandoval Neto, homem idoso, três vezes prefeito da cidade, candidato também pela ARENA, a disputa de fato pelo poder local.

“Em que pese a declarada intenção do candidato vitorioso Paulo Constantino de fazer uma campanha “à moda da casa”, isto é, sem auxílio das lideranças estaduais e nacionais da ARENA, ou do próprio governo, o fato é que, na véspera da eleição, quase 75% dos entrevistados consideravam ótimo ou bom o governo Geisel; 62% diziam o mesmo sobre Paulo Egydio (governador) e 68% tinham a mesma opinião a respeito do prefeito em exercício, Walter Lemes Soares” (LAMOUNIER, 1978, p. 23).

Os dados do survey realizado em Presidente Prudente sugerem que a ARENA ganharia votos se explorasse mais o apoio do governo do estado e federal. Mas, do ponto de vista de Constantino, essa associação poderia trazer votos para a legenda, mas não necessariamente para ele.

Lamounier conclui que a vitória de Constantino com 65% dos votos deve-se à capacidade da candidatura de Constantino reter para si a quase totalidade dos votos arenistas e ao mesmo tempo conseguir penetrar nos eleitores oposicionistas. O que contou nesse município foi a boa construção da imagem de Constantino como o candidato modernizante, que conseguiu neutralizar a diferenciação expressa no survey das clivagens sociais. O MDB, por seu lado, não projetou uma imagem comparável à de Sandoval, aproximando por muitas vezes da imagem de Constantino, em uma diferenciação tênue.

Para fechar a análise no efeito da avaliação da gestão municipal na decisão do voto, a pesquisa pergunta ao eleitor sobre a qualidade que percebem do serviço

público (água, esgoto, escola, atendimento médico). De acordo com Lamounier, em alguns momentos o eleitor expressa uma opinião difusa, diferente do “eleitor juiz” típico no que se refere à conexão entre a sua decisão do voto e a avaliação que faz da qualidade dos serviços públicos. Os dados encontrados por Lamounier apontam que o percentual de arenistas – eleitores situacionistas - declina sistematicamente se comparados o grupo de moradores que acham os serviços municipais ótimos ou regulares com o grupo daqueles que julgam os serviços como ruim ou péssimo. Até neste momento, tal como era de se esperar, tem-se a atitude de “eleitor juiz” (1978, p.61). No entanto, surpreende o autor, a constatação de que o referido declínio no percentual de arenistas – apoio à situação - não é acentuado quando se passa do grupo de eleitores que avaliam mal o serviço que recebem para os eleitores que sequer têm acesso aos serviços municipais. Ou seja, diferentemente do que se poderia esperar, os eleitores sem acesso ao serviço público não se mostram mais arredios à situação. Na tentativa de explicar tal comportamento, Lamounier supõe que os não atendidos pelos serviços municipais sejam em geral mais pobres do que os insatisfeitos com os serviços que dispõem. A partir deste raciocínio, analisa que:

“A ser correta esta hipótese, confirmar-se-ia que (...) os muito pobres de Presidente Prudente ainda não relacionam sua situação – no caso, os serviços que lhes faltam – com as alternativas oferecidas pelo atual regime partidário. Mantém-se desta forma sua identificação com a Arena, e isto se dá, sem dúvida, por razões variadas. Para uns, o vínculo partidário talvez seja apenas a “sublimação” de alguma relação de fidelidade pessoal. Para outros, a carência dos serviços municipais talvez se deva a “maus prefeitos” individualmente, e não ao partido; ou, quem sabe, à expectativa de que somente a ARENA, como partido do governo, é que poderá vir um dia a atendê-los, e não o MDB, que sob este aspecto não representaria realmente uma alternativa. (1978, p.63)

Olavo Brasil de Lima Jr. fez a análise da disputa municipal em Niterói no ano de 1976. Tratava-se da primeira eleição para o cargo de prefeito no município desde o início da ditadura. Sendo capital do estado, a cidade contava com eleições apenas para a Câmara dos Vereadores e experimentava uma sequência de governos arenistas ao longo dos anos. Por outro lado, havia a preocupação do MDB em controlar o interior do novo estado do Rio de Janeiro, a partir de Niterói. ARENA e MDB lançaram três candidatos por suas legendas. O candidato vitorioso foi Moreira

Franco do MDB com o seu discurso de “Vamos arrumar Niterói”. Ao analisar o impacto das variáveis socio-demográficas no voto, Lima Jr. identificou que considerando o voto para prefeito, quanto mais alta a posição do entrevistado na ocupação profissional e maior a sua renda familiar, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA, mas quanto maior a escolarização, maior a probabilidade votar no partido de oposição (1978, p.114).

Seguindo o roteiro presente nos quatro artigos da coletânea, foi analisada a avaliação dos governos municipal, estadual e federal e o seu efeito no voto. Sobre a administração local foi possível verificar uma forte insatisfação com a gestão dos serviços públicos municipais (água, luz, esgoto, transporte, etc) e que tal percepção influenciou a decisão do voto.

“A avaliação do governo estadual e do municipal discrimina o eleitorado dos partidos, no sentido de que quanto pior a avaliação feita maior a probabilidade de o eleitor preferir o partido de oposição (MDB), tendência igualmente observada na avaliação do governo federal.” (1978, p. 131).

Helgio Trindade e Judson de Cew fazem a avaliação das eleições de 1976 em Caxias do Sul (RS). Na fase bipartidária, Caxias fazia parte do padrão gaúcho de cidades com mais de 40 mil eleitores, onde o MDB tende a ser o primeiro partido. Porém, com um equilíbrio maior entre o MDB e a ARENA do que nas outras cidades, onde a ARENA cresce sem que o MDB diminua. Os temas abordados pela ARENA em 1976 seguiram uma vinculação entre o governo federal e as esferas municipais. Inclusive questões locais, como esgoto, luz, ruas e calçamento, casas populares, transporte, iluminação pública, escolas, creches, entre outros, trazem essa vinculação. Nas peças publicitárias, lê-se: “Faccioni tem as portas abertas com o presidente Geisel e com o governador Guazzelli para pedir o que Caixas precisa; vale a pena quatro anos de investimento seguro com a garantia dos governos estadual e federal” (TRINDADE; CEW, 1978, p. 175).

As opiniões dos eleitores sobre o governo, os problemas socioeconômicos, questões gerais ligadas à política são integradas com a identificação partidária. Ou seja, o emedebista tende a votar no candidato emedebista não somente por ser do seu partido, mas pelo fato de que esta escolha combina com as orientações dessa pessoa em relação aos problemas. Mas existe uma boa parcela de independentes,

ou seja, que não possuem identificação partidária, e para esses outros elementos contribuem para sua escolha de voto. Os problemas econômicos-sociais figuram em primeiro lugar, seguido pelo custo de vida. A opinião sobre o governo aparece em terceiro lugar. Esse grupo constituía-se em uma massa eleitoral potencial para os dois partidos, o fiel da balança, e foi a direção dos independentes que gerou o equilíbrio na disputa entre ARENA e MDB em Caxias.

O contexto eleitoral favoreceu o MDB. Como partido no poder em todos os níveis (prefeitura, governo do estado e presidência), a ARENA dificilmente escapava do ônus político da insatisfação reativa a problemas existentes. “Se havia insatisfação com a inflação ou com o atendimento pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com a situação habitacional ou com a qualidade do policiamento em Caxias, esta insatisfação deveria recair sobre o partido governamental e ter conseqüências favoráveis ao MDB (...)” (TRINDADE; CEW, 1978, p. 204).

Fábio Wanderley Reis analisa a eleição em Juiz de Fora em 1976. A vitória do MDB em certos estados e nos grandes centros e o domínio da ARENA nos municípios do interior era um quadro previsto. A pergunta que Reis faz é onde se encontra o limite entre os dois mundos: pólo dinâmico e modernos correspondentes às regiões urbanizadas e estrutura clientelista nos municípios do interior. Qual o alcance do inconformismo expresso nos centros urbanos? Levando essas perguntas para o caso de Juiz de Fora, diz que na cidade o MDB teve predomínio de dez anos (1966-1976), com a cidade tendo a fama de inflexível alma oposicionista. Em 1976, porém, a ARENA venceu as eleições municipais.

Reis utiliza quatro baterias de questões para saber a opinião dos entrevistados sobre questões “políticas”, como Ato Institucional nº 5, participação dos militares na vida pública, eleições indiretas, avaliação da capacidade política do “povo”. Cinco outras perguntas serviram para obter a avaliação do entrevistado sobre assistência médica através do INPS, custo de vida, política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH), ensino primário, policiamento. Uma terceira bateria de perguntas indagava sobre a qualidade de serviços básicos no bairro onde o entrevistado morava. A quarta bateria mencionava temas do debate eleitoral daquele ano. Sobre as questões políticas mais gerais, houve fraca correlação entre estas com a identificação partidária. Os serviços locais foram considerados, por todas as classes sociais, no mínimo regulares, com um clima de opinião no qual

predominavam as avaliações favoráveis. Contudo, o padrão se modifica quando diz respeito à avaliação da qualidade da assistência médica disponível nos bairros. Tal avaliação negativa cresce também com os níveis crescentes de renda, o que torna esse item singular.

No caso de Juiz de Fora, outro fator pode ter influído para a derrota do MDB: o desgaste de dez anos à frente da administração municipal. “Particularmente tendo em conta que essa reviravolta se dá num contexto em que o clima de opinião nos grandes centros parecia ser crescentemente emedebista, surge naturalmente a hipótese de que ela se deve ao desgaste produzido pelo próprio exercício prolongado da administração municipal” (REIS, 1978, p. 257). A responsabilidade devida ao poder local por um problema tão sensível às camadas mais baixas de renda, como a assistência médica revela que os indivíduos dessas camadas estariam insatisfeitos, mas revela que os entrevistados das camadas mais altas relacionam sua opinião sobre o problema da assistência médica com o voto, tendendo a votar no MDB quando satisfeitos e na ARENA quando insatisfeitos. O eleitor de Juiz de Fora manifestou-se, em 1976, de forma autônoma diante de diagnósticos feitos da administração municipal, a ponto de tornar um fator importante na definição do voto a assistência médica considerada deficitária.

Em outro contexto, já com sistema multipartidário e eleições livres, Gláucio Ary Dillon Soares analisa as eleições de 1998 no Distrito Federal, no artigo *Em Busca da Racionalidade Perdida* (2000) citando dos surveys de 1976 realizados no Brasil, do livro organizado por Reis (1978). Diz ser preocupante que as avaliações dos serviços públicos e das políticas públicas, que são características dos níveis estadual e municipal, tinham correlações baixas tanto com preferência partidária quanto com intenção de voto. Para Soares, a falta dessa correlação causa baixo *accountability*.

Soares analisa, no artigo, a satisfação do eleitor com os últimos governadores do Distrito Federal. Apesar de ser considerado um ente federado, o trabalho de Soares é referido nessa dissertação como uma pesquisa de poder local por se tratar de uma unidade administrativa singular, com atribuições específicas de gestão municipal, como trânsito, educação e transporte. Comparando as administrações de Cristovam Buarque e Joaquim Roriz, os eleitores responderam da seguinte forma: 66% acham que Cristovam é o governador que mais fez pela paz no trânsito, mas somente 11% acham que ele é o que mais fez pelos funcionários

públicos; do outro lado, 53% acham que Roriz é quem mais fez pela habitação, em contraste com 9% que acham que ele é o que mais fez pelo trânsito. Há áreas, como habitação, educação e trânsito, nas quais a grande maioria dos eleitores se define por um ou outro candidato, mas em outras, como emprego e renda, funcionários públicos e segurança pública, a população não parece estar satisfeita com nenhum dos dois governadores, abrindo espaço para outros candidatos.

“Os dados relativos ao Distrito Federal mostram que os eleitores também diferenciam entre programas e atributos dos governadores, atuais e passados. Contrariamente à ideologia elitista e vanguardista que afirma, contra um mar de dados e de evidências, que os eleitores brasileiros não sabem votar e engolem tudo o que lhes é dito, os dados demonstram que os mesmos eleitores conferem aos dois candidatos altas percentagens em alguns itens e baixas em outros. Eles diferenciam entre uma política pública e outra.” (2000, p. 11).

A pesquisa revelou que a população brasiliense apresentou um alto grau de coerência entre a avaliação das políticas públicas e a intenção de voto. “Não é o que seria de esperar se a teoria de que os brasileiros votam na base de apelos pessoais de cunho irracional fosse válida, nem se os eleitores respondessem apenas ao carisma do candidato, de forma irracional, sem base avaliativa. Se não relacionassem as políticas públicas ao voto, não haveria associação entre as avaliações e a intenção de voto” (2000, p. 14).

As eleições municipais de 2000 são tema do livro *Estratégia, Mídia e Voto* (SILVEIRA, 2002), que analisa a campanha e o resultado em oito capitais brasileiras. Apesar das especificações de cada cidade, um ponto em comum é a tendência à bipolarização da campanha e o caráter plebiscitário, acentuado pelo mecanismo de eleição em dois turnos e possibilidade de reeleição. Em São Paulo, o então prefeito Celso Pita era associado ao tradicional político Paulo Maluf (PPB). A marca daquela eleição foi o antimalufismo, ou seja, a rejeição a Paulo Maluf. O resultado foi a mudança da prefeitura para as mãos do Partido dos Trabalhadores (PT).

“A majoritária avaliação negativa da gestão de Celso Pitta parece ter exercido o papel de patamar comum no mapa de orientação dos eleitores, e definiu uma notável dissociação

feita entre as intenções de voto malufista e o prefeito anterior” (CHAIA et al., 2002, p. 45).

No Rio de Janeiro, apesar da disputa direta entre o ex-prefeito César Maia (PTB) e o prefeito Luiz Paulo Conde (PFL), os dois tiveram dificuldade para demonstrar suas diferenças, já que Conde foi apadrinhado de Maia nas eleições anteriores, ainda como secretário de urbanismo da gestão 1992-1996. Rompidos em 2000, os dois disputavam a autoria de projetos, tentando angariar o alto índice de aprovação da gestão da qual os dois faziam parte. O eleitor carioca parecia satisfeito com a situação da cidade, mesmo identificando carências nos serviços públicos. Os principais problemas apontados – segundo pesquisa Vox Populi – eram a criminalidade (32%), e o atendimento nos hospitais e postos de saúde (23%). Apesar dessas deficiências, a gestão de Conde era bem avaliada no momento pré-eleitoral, com 40% de respostas positivas sobre a imagem do prefeito. “Os eleitores insatisfeitos com o atual prefeito gostariam de eleger um candidato menos preocupado com obras de infraestrutura e mais voltado para as questões sociais, como saúde, educação e segurança” (FIGUEIREDO, VEIGA, ALDÉ, 2002, p. 54). Conde e Maia foram para a disputa do segundo turno, com a vitória de Maia, por uma diferença de 2,2 pontos percentuais.

Em Belo Horizonte, os adversários do prefeito Célio de Castro (PSB) não colocavam na disputa um projeto antagônico ao apresentado pela administração. A oposição oferecia possibilidades de avanços e não de mudanças. Diante disso, os eleitores optaram por ficar o projeto que conheciam, rejeitando os riscos de troca de governo. Célio não assumiu a condição de franco favorito porque, até o início da campanha, tinha um percentual de intenções voto parecido com de seus principais adversários. Durante a campanha, conseguiu aumentar a diferença de intenção de voto (25% até julho, 38% em setembro) e diminuir a rejeição (de 33% para 28% no primeiro turno) – de acordo com Fonte Pesquisa e Análise. “Pesou a favor de Célio o fato de ser prefeito e poder beneficiar-se do voto retrospectivo, já que sua administração era bem avaliada.” (CAMARGOS, 2002, p. 104).

Da mesma forma, em Porto Alegre a administração petista, em 2000 completando 12 anos, era considerada positiva, com 9,17% de respostas ótima e 41,8% de respostas de uma boa administração. Eram superiores à avaliação positiva do governo do estado, administrado pela oposição ao PT na prefeitura da capital (SILVEIRA, 2002). Em Salvador (RUBIM, 2002), Goiânia (PAIVA, KRAUSE,

2002) e Curitiba (CERVI, FUKS, 2002), também é possível relacionar os índices de satisfação do prefeito e a rejeição entre ele e o principal adversário para explicar o resultado das eleições. Em Salvador, Antônio Imbassahy tem 63% de aprovação de sua gestão um mês antes da eleição e uma média de 50 pontos percentuais de intenção de voto durante toda a campanha, de acordo com pesquisa Datafolha. Além disso, consegue baixar a rejeição ao seu nome durante a campanha, de 27% em junho para 15% em setembro. Já seu principal adversário, Nelson Pelegrino (PT), termina a campanha com rejeição de 29%.

Em Goiânia, apesar de os dois principais candidatos em disputa não serem de situação, também se verifica a importância do índice de rejeição. O candidato que apresentou o menor índice de rejeição, Pedro Wilson (PT), foi para a disputa com o que apresentou o maior índice de rejeição, Darci Accorci (PTB). No segundo turno, Wilson tinha 18% de rejeição e Accorci 45%. Entraram na disputa de segundo turno com diferença de um pouco mais de 6 pontos percentuais. “Assim, diante desse quadro de menor rejeição e liderança nas pesquisas, não causou surpresa a vitória de Pedro Wilson no segundo turno das eleições” (PAIVA, KRAUSE, 2002, p. 244).

Em Curitiba, o alto índice de aprovação da gestão municipal – 71,4% no primeiro semestre de 2000 – não se converteu em intenções de voto para o prefeito Cássio Taniguchi (PFL), que em maio tinha 42% das intenções de voto, segundo Datafolha, chegando em outubro com 43%. O discurso oposicionista do PT surtiu efeito, com uma disputa acirrada que foi para o segundo turno conseguindo reverter no início da segunda etapa a intenção de votos a seu favor. O candidato petista, Ângelo Vanhoni, tinha 17% de rejeição, maior apenas que o candidato do PMDB, Forte Neto, com 15% (Ibope/setembro). Taniguchi tinha 21% de rejeição nesse mesmo período. No segundo turno, Taniguchi consegue diminuir sua rejeição entre os jovens e vence as eleições por uma pequena margem de 3 pontos percentuais (CERVI, FUKS, 2002).

Estudando a reeleição de prefeitos no Brasil e no Uruguai, Alvaro Augusto de Borba Barreto (2009) diz que a procura pela reeleição é amplamente praticada pelos chefes dos executivos locais dos dois países. “À luz dos dados analisados até o momento, pode-se dizer que é elevada a probabilidade do *incumbent* garantir um novo mandato. Porém, este não é um investimento alheio a riscos, ao contrário, o índice geral de 36% de insucesso não pode ser considerado desprezível.”

(BARRETO, 2009, p. 13). *Incumbent* é o chefe do Poder Executivo que busca a reeleição.

Pela pesquisa realizada por Barreto, sobre as eleições municipais nos dois países entre 2000 e 2005, no conjunto, 81% dos prefeitos se reapresentaram (106 em 131 ocorrências), enquanto 19% desistiram do cargo. No final da pesquisa, Barreto registrou que a maioria dos *incumbent* teve sucesso (64%), sendo que o desempenho foi superior no primeiro pleito estudado em comparação ao segundo (68% a 59%).

Além da vantagem primeira do candidato à reeleição, que é estar no cargo em disputa, o candidato que se encontra em *incumbent* ainda é, geralmente, mais conhecido do que os demais postulantes, tem mais acesso aos meios de comunicação do que os demais, tem mais facilidade de obter financiamento para sua campanha, além de usar os recursos governamentais a favor dessa campanha (CARDARELLO, 2009).

2.1 A teoria satisfacionista nas eleições de 2008

Fátima Anastasia e Carlos Ranulfo Melo (2009) relacionam a alta satisfação da população com o governo federal ao resultado das eleições municipais de 2008 no Brasil. “A combinação entre o ciclo de crescimento e sustentabilidade da economia e as políticas sociais, principalmente o Bolsa Família, gerou um incremento da popularidade do presidente Lula” (2009, p. 289). Em fevereiro de 2008, ano das eleições municipais, uma pesquisa do Instituto Sensus mostrou que 66,8% dos entrevistados aprovavam o desempenho de Lula e 52,7% avaliavam positivamente o governo. Em dezembro, segundo o mesmo instituto, a taxa de aprovação do presidente atingiu 80,3% e a avaliação positiva do governo foi para 71,1%, índices mais altos da série histórica de investigação que teve início em fevereiro de 2004. Diante desse quadro, segundo Anastasia e Melo, os partidos ligados ao governo federal conseguiram angariar tal popularidade para as urnas municipais, ou seja, candidatos a prefeito utilizaram positivamente do apoio do governo federal em suas campanhas, fazendo com que tal apoio fosse revertido em voto. “A disputa de 2008 foi marcada por um massacre do governo sobre a oposição, com a conquista de 71% das prefeituras do país pelos partidos de coalizão governista. A própria oposição --- diante da elevada popularidade de Lula --- evitou qualquer tentativa de ‘nacionalizar’ a disputa” (ANASTASIA, MELO, 2009, p.

294). O PMDB foi o partido com maior número de candidatos e prefeituras conquistadas.

O PT terminou em primeiro nos municípios com mais de 200.000 eleitores e dividiu a liderança com o PMDB nas capitais. O PSDB ocupou a segunda colocação geral, mas perdeu dos petistas nas cidades maiores. Dos quatro maiores partidos nacionais, o DEM fica muito abaixo dos três primeiros no que se refere à presença nos grandes centros e sendo superado pelo PP no número de prefeituras conquistadas. O DEM conquista, porém, vitória na cidade de São Paulo, onde a candidatura do partido foi apoiada pelo governador do Estado, José Serra, contra um candidato do próprio partido do governador, o PSDB (ANASTASIA, MELO, 2009).

O presente trabalho mostrará que os prefeitos conseguiram aumentar a satisfação dos eleitores durante a campanha, o que sugere que a dinâmica da campanha foi importante para o resultado dela. Assim, ao contrário de Anastasia e Melo, a presente dissertação entende que outros fatores foram mais importantes para a reeleição dos prefeitos do que a avaliação do governo federal. Muito mais do que os partidos que estavam em disputa, como sugerem os autores, contaram para as eleições de 2008 a avaliação da própria gestão municipal, a rejeição ao nome do prefeito, ou ao nome do principal adversário, e como foi a evolução de tal avaliação durante a campanha.

As eleições majoritárias em dois turnos geram uma competição eleitoral própria, com maior importância para a montagem de uma coalizão de partidos em torno de uma candidatura majoritária. Como argumenta André Marengo (2009), não se deve negligenciar as diferenças na competição eleitoral em dois turnos. Nessa competição, o tamanho dos partidos e coalizões eleitorais são fatores importantes na competição durante o primeiro turno, enquanto a avaliação positiva do desempenho governamental pode ser a variável explicativa relevante para o resultado final da competição. “Sob condições de fragmentação eleitoral e elevado número de candidaturas (...), o desafio posto em um primeiro turno consiste em obter a classificação para a disputa final entre os dois candidatos mais votados. Uma condição que favorece a conquista desse objetivo reside na força eleitoral dos partidos que compõe a coalizão de cada candidato” (MARENCO, 2009, p. 69).

O voto majoritário, de acordo com o autor, é o resultado de uma série de fatores, como imagem do candidato, avaliação do desempenho governamental,

maior ou menor rejeição. Em 2008, nas eleições majoritárias para Porto Alegre (RS), o governo de José Fogaça à frente da prefeitura de Porto Alegre, era considerado ótimo/bom por 25% dos entrevistados pelo Instituto Vox Populi, em março. Enquanto que aqueles que julgavam a administração ruim/péssima somavam 32%. No final do primeiro turno (27 de setembro), pesquisa Ibope apontou 46% de avaliação positiva para Fogaça, enquanto a avaliação negativa diminuiu para 20%. “Fogaça incidu sobre a avaliação positiva de seu próprio governo, melhorando o julgamento feito pelos eleitores, ainda que até o final o eleitor mediano de Porto Alegre continuasse atribuindo-lhe o conceito “regular” (MARENCO, 2009, p. 79)”. As condições que levaram Fogaça à reeleição, de acordo com Marengo foram, além de conseguir melhorar a avaliação do seu governo durante a campanha, a falta de uma competição comparativa feita pelo PT, que perdeu as eleições de 2004 em função do desgaste do partido pelos 16 anos de administração da capital gaúcha. “Em 2008 o PT abriu mão dos trunfos de uma comparação retrospectiva, sujeitando-se aos termos e enquadramento propostos por Fogaça” (MARENCO, 2009, p. 80).

A avaliação positiva da administração é considerada fator importante na definição do voto de Florianópolis nas eleições municipais entre 1996 e 2008 (BORBA et al., 2009). “A avaliação de desempenho do governo mostrou ser um forte indicativo de voto. Eleitores que avaliam positivamente os governos tendem a votar na continuidade administrativa; já aqueles que avaliam negativamente, votam na oposição.” (BORBA et al., 2009, p. 97). Em Santa Catarina, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), apesar de ter uma avaliação positiva no estado, possuía índices relativamente baixos de popularidade em Florianópolis (em outubro de 2008, obtinha 32% de ótimo ou bom, 34% de regular e 28% de ruim e péssimo). “Talvez por isso é que teve uma participação inexpressiva na campanha de rádio e TV do candidato do seu partido, o prefeito Dario Berger” (BORBA et al., 2009, p. 98).

O principal adversário do prefeito Berger era Espiridião Amim (PP) que inicia a campanha como favorito, com 29% das intenções de voto (IBOPE), enquanto Berger aparecia com 22%. Com o início da campanha, Berger destaca suas realizações administrativas e na pesquisa de setembro já aparece à frente de Amim nas intenções de voto, com 27%, contra 22% do adversário. O prefeito termina o primeiro turno com 39,8% dos votos e Amim, segundo colocado, com 25,3% dos votos. Vence o segundo turno com 57,6%, contra 42,3% de Amim.

Fazendo um paralelo com a avaliação de governo, os autores mostram que Berger conseguiu melhorar seus índices de bom/ótimo frente à prefeitura. Inicia a campanha com 35% e percebe-se que a intenção de voto em Amim cai na mesma medida que diminui a avaliação negativa da administração municipal. Na segunda pesquisa de setembro, a avaliação positiva do governo municipal chega a 50%. “Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do mandato, o prefeito conseguiu realizar obras de grande impacto para a cidade (...). Tais realizações, que começaram a ser divulgadas durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), tiveram impacto imediato nas avaliações de governo e nas intenções de voto, fazendo com que logo no início da campanha estivesse em primeiro lugar nas pesquisas” (BORBA et al., 2009, p. 115).

2.2 Reeleição de prefeitos

A adoção no Brasil do segundo turno foi um importante desestimulador do excesso de candidaturas nas eleições para presidente, governadores e prefeitos das cidades com mais de 200 mil habitantes (LAVAREDA, 2009). Já no primeiro turno, as pesquisas indicam quais são as candidaturas viáveis para a segunda etapa, estimulando o voto “estratégico”, que leva em conta as chances dos postulantes e aumenta a importância da rejeição de cada candidato. O segundo turno e a permissão da reeleição, a partir de 1997, impulsionaram a bipolarização das campanhas. Nessa lógica, uma candidatura que inclua um candidato à reeleição deixa a campanha com caráter plebiscitário, que confirma a aprovação, ou não, da atual gestão.

Entre 2000 e 2008, nas três eleições nas quais houve possibilidade de reeleição dos prefeitos, 77% dos titulares dos executivos em cidades brasileiras com mais de 200 mil eleitores poderiam pleitear um novo mandato, sendo que 84% deles procuraram se reeleger. O índice de sucesso desses prefeitos é de 72,5%, tendo atingido, em 2008, 89%. As condições de reeleição para os prefeitos dessas maiores cidades mostraram-se muito favoráveis, mesmo na disputa com importantes figuras da política local. “(...) ele – o chefe do executivo candidato à reeleição -- derrota um ex-prefeito em 70,5% dos casos em que há este tipo de confronto e vence em 74% das vezes em que encontra candidatos que nunca haviam exercido o cargo. Enfim, o

prefeito consegue se reeleger em mais de 70% dos casos, independentemente do oponente. (BARRETO, 2009, 2, p. 109).

Se considerarmos todos os municípios brasileiros, o índice de reeleição também é alto. Em 2008 foram reeleitos em todo o país 67% dos prefeitos que se recandidataram – considerando todos os municípios brasileiros e não somente os com mais de 200 mil eleitores -- e o mesmo ocorreu em 19 das 20 capitais nas quais os prefeitos se candidataram para a reeleição (LAVAREDA, 2009). Um aumento se comparado com as eleições anteriores – 2000 e 2004 – quando tal índice foi de aproximadamente 58%. Se consideradas apenas as capitais, houve 70% de reeleição em 2000, 73% em 2004 e 95% em 2008.

Na eleição que é objeto desse estudo, vinte prefeitos de capitais dentre os 27 estados de todo o país se candidatam à reeleição ao cargo: treze saíram vitoriosos ainda no primeiro turno da disputa, após conseguirem no mínimo 50% dos votos mais um; sete conseguiram se reeleger no segundo turno e apenas um não obteve sucesso no pleito. Nem todos os prefeitos contavam com índices ótimos de avaliação da gestão municipal. A análise do presente trabalho será feita em nove capitais brasileiras, sendo que destas em oito os prefeitos conseguiram reeleição. As capitais foram escolhidas por serem as que os bancos de dados das pesquisas Ibope foram disponibilizados e também as que continham o questionário completo, incluindo a escolha pelo eleitor de três áreas da gestão municipal consideradas importantes para ele e para a família.

Dentre as nove capitais, quatro prefeito foram reeleitos no primeiro turno -- dos municípios de Curitiba, Maceió, Fortaleza e Goiânia --, quatro prefeitos foram reeleitos no segundo turno -- das capitais São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis -- e um prefeito não foi reeleito: Manaus.

No presente capítulo, o objetivo foi fazer um levantamento bibliográfico sobre estudos de comportamento eleitoral em pleitos municipais do Brasil, da década de 1970 para cá, que de alguma forma utilizaram pesquisa de satisfação para entender o resultado das eleições. A intenção desse levantamento foi sistematizar uma parte da produção como forma de contribuir para os estudos de comportamento eleitoral em eleições municipais brasileiras.

Dos 17 estudos que foram analisados neste capítulo, dois não concluem que a satisfação com a gestão foi fator importante para a definição do voto -- Cardarello (2009) e Barreto (2009). Os dois autores estão mais preocupados com o papel do

incumbent e seu desempenho nas eleições, e não com pesquisas de satisfação. Ou seja, para eles o que importa é a ocupação do cargo, independentemente da satisfação com a gestão. Porém foram citados por serem estudos sobre reeleição que contribuem para este debate.

Dos estudos que concluem que a satisfação com a administração municipal é fator importante em uma campanha eleitoral, é destaque o peso da rejeição do eleitor ao candidato da situação e seu principal adversário na definição do voto.

A importância de sistematizar estudos de eleições municipais se dá porque, no Brasil, ainda são poucas as pesquisas que aprofundam o comportamento eleitoral em disputa pelo poder local.

“Na literatura brasileira atual, as eleições presidenciais se constituem como o principal foco para a análise do comportamento eleitoral. Entretanto, escassas pesquisas se debruçam sobre a lógica do eleitor nas municipais. A conexão local/nacional justifica a relevância de estudos sobre a territorialidade do voto e sua expressão em eleições municipais. Embora se possa contra-argumentar que não há sentido em se compreender o eleitor como se este dispusesse de racionalidades distintas para cada esfera de eleição, pode-se ponderar, por outro lado, que as motivações para o voto podem variar dependendo destes planos - municipal e/ou federal, sem que tal variante seja resultante de uma conduta não-racional.” (TELLES, 2010, p. 11)

Helcimara Telles (2010) constata, em um levantamento feito em três importantes periódicos de Ciências Sociais brasileiros (Dados, RBCS e Revista Opinião Pública), nas edições entre 1999 e 2009, que há uma reduzida produção acadêmica sobre comportamento eleitoral, com foco no eleitor, e as eleições municipais mereceram raras análises, mesmo nos periódicos mais focados neste tema. Como argumenta Telles (2010), uma questão ainda pouco debatida é se o eleitor utiliza padrões diferenciados nas duas esferas de votação, seja por questões conjunturais ou porque a identidade partidária que faz sentido em uma esfera, não faz em outra. Antes de atribuir ao eleitor uma irracionalidade, faz mais sentido tentar entendê-lo, saber quais componentes ele “leva para a urna”.

O próximo capítulo apresentará o modelo no qual a presente pesquisa está baseada para continuar a discussão sobre a satisfação com a gestão municipal na definição do voto.

3 MODELO UTILIZADO: PREFEITO BEM AVALIADO É PREFEITO REELEITO

Partido da seguinte pergunta: Prefeito bem avaliado é prefeito reeleito?, VEIGA, SANTOS, NEVES (2010) estudaram a reeleição de prefeitos, em 2008, nas mesmas capitais utilizadas no presente estudo. O objetivo das autoras era identificar a importância da avaliação positiva da administração municipal e da rejeição ao prefeito e ao seu principal adversário na decisão do voto. Não era objetivo explicar o voto nas capitais, mas apenas no mandatário nestas disputas. A evolução da satisfação entre agosto e setembro é mostrada na tabela 1.

TABELA 1 – SATISFAÇÃO DA GESTÃO DOS PREFEITOS ESTUDADOS, AO LONGO DA CAMPANHA

| Cidade | % de satisfação com a administração em agosto | % de satisfação com a administração em setembro | saldo |
|---------------|--|--|-------|
| Curitiba | 77% | 82% | 5% |
| Maceió | 76% | 83% | 7% |
| Goiânia | 74% | 73% | -1% |
| Porto Alegre | 38% | 44% | 6% |
| Fortaleza | 37% | 51% | 14% |
| Florianópolis | 35% | 50% | 15% |
| São Paulo | 32% | 46% | 14% |
| Salvador | 20% | 26% | 6% |
| Manaus | 19% | 33% | +14% |

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008

A maior parte dos prefeitos candidatos tiveram a avaliação melhorada durante a campanha (à exceção de Goiânia que, com alto índice, manteve-se estável). Três dos quatro reeleitos no primeiro turno iniciaram a campanha eleitoral já com avaliação positiva acima de 70% e conseguiram manter tal patamar no decorrer da campanha. “Sobre os prefeitos que se reelegeram ainda no primeiro turno da disputa, verificou-se que ao final do primeiro turno, todos possuíam mais de 50% de aprovação de sua gestão, conseguiam angariar mais de 80% de intenção de voto

entre os eleitores que avaliavam bem o governo local e tinham uma taxa de rejeição inferior à taxa de rejeição de seu principal adversário, aquele com quem disputou o segundo turno.” (VEIGA, SANTOS, NEVES, 2010). Além da importância da avaliação positiva da gestão, estes políticos ainda agregaram coligações partidárias que lhes garantiram aproximadamente 60% de taxa de capilaridade (porcentagem de vereadores eleitos em 2004 pelos partidos coligados na reeleição do prefeito em 2008) e vantagem no tempo de veiculação de propaganda na televisão, em comparação com os demais candidatos.

Já os reeleitos no segundo turno iniciaram a disputa com a taxa de avaliação positiva entre 26% a 38% e conseguiram aumentar a mesma para o patamar de 44% a 50% ao longo do primeiro turno. O prefeito de Manaus permanece com as mais baixas taxas de avaliação positiva em relação aos outros prefeitos reeleitos. Aumentou em 14 pontos a avaliação positiva de sua gestão, mas alcançou apenas o patamar de 33% ao longo do período avaliado.

A tabela a seguir mostra a evolução da indicação de rejeição ao prefeito e ao principal adversário entre agosto e setembro de 2008:

TABELA 2: REJEIÇÃO AO PREFEITO E AO PRINCIPAL ADVERSÁRIO- EVOLUÇÃO ENTRE AGOSTO E SETEMBRO

| Nome da capital | Rejeição Prefeito Agosto | Rejeição Adversário Agosto | Saldo Rejeição Agosto | Rejeição Prefeito Setembro | Rejeição Adversário Setembro | Saldo Rejeição Setembro |
|-----------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Curitiba | 7% | 20% | -13% | 7% | 22% | - 15% |
| Maceió | 6% | 39% | - 33% | 8% | 41% | - 33% |
| Goiânia | 12% | 33% | -11% | 14% | 31% | - 17% |
| Porto Alegre | 27% | 18% | 9% | 23% | 16% | 7% |
| Fortaleza | 23% | 15% | 8% | 14% | 18% | - 4% |
| Florianópolis | 29% | 25% | 4% | 26% | 28% | - 2% |
| São Paulo | 27% | 27% | 0% | 24% | 32% | - 8% |
| Salvador | 39% | 25% | 14% | 18 % | 6% | 12% |
| Manaus | 50% | 16% | 34% | 46% | 22% | 24% |

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Com exceção de Salvador, Porto Alegre e Manaus, os prefeitos conseguiram, desde o início da disputa, manter vantagem perante seus principais adversários na indicação sobre rejeição, como Curitiba, Maceió e Goiânia, ou conseguiram diminuir seu índice de rejeição, como no caso de Fortaleza, Florianópolis, São Paulo e Salvador alcançando vantagem neste quesito. Em Fortaleza, Florianópolis e São Paulo, os principais adversários tiveram um aumento de rejeição durante este período da campanha. Em Porto Alegre, o prefeito conseguiu diminuir o índice de rejeição no período, assim como Manaus. Mas a melhoria desta diferença em Manaus não foi o suficiente para conseguir mudar a tendência de voto naquele município. Em São Paulo, ao contrário, a reversão do índice de rejeição gerou um resultado positivo para o prefeito. As três capitais nas quais os prefeitos tinham as mais baixas taxas de rejeição são as mesmas nas quais foram reeleitos no primeiro turno, com a manutenção, ou aumento, da vantagem perante seu principal adversário quando o Ibope questiona sobre a rejeição aos candidatos.

A tabela abaixo mostra o número de eleitores que rejeitavam o principal adversário do prefeito e votavam na reeleição do mandatário em agosto e em setembro do ano da eleição estudada (VEIGA, SANTOS, NEVES, 2010). Cabe notar que os prefeitos que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno foram mais capazes de angariar os eleitores que rejeitavam o seu principal adversário.

TABELA 3 REJEIÇÃO AO PRINCIPAL ADVERSÁRIO X VARIÁVEL INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO

| | % daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito | % daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros | % daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito | % daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros |
|---------------|--|--|--|--|
| | Agosto | Agosto | Setembro | setembro |
| Curitiba | 97,6% | 2,4% | 98,4% | 1,6% |
| Maceió | 97,6% | 2,4% | 96,4% | 3,6% |
| Goiânia | 95,5% | 4,5% | 97,1% | 2,9% |
| Porto Alegre | 71,2% | 28,8% | 60,7% | 39,3 |
| Fortaleza | 75,0% | 25,0% | 84,2% | 15,8% |
| Florianópolis | 54,9% | 45,1% | 53,4% | 46,6% |
| São Paulo | 20,1% | 79,9% | 43,8% | 56,2% |
| Salvador | 18,6% | 81,4% | 20,0% | 80,0% |
| Manaus | 39,8% | 60,2% | 41,3% | 58,7% |

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Constata-se o sucesso dos prefeitos de Curitiba, Maceió e Goiânia em obter quase na totalidade os votos dos eleitores que rejeitavam o seu principal adversário. Neste mesmo sentido, destaca-se como os prefeitos de Fortaleza e de São Paulo conseguiram obter mais votos entre os eleitores que rejeitavam o seu principal adversário. Já José Henrique (Salvador) encontrou dificuldades em conseguir votos entre aqueles que rejeitavam o seu principal adversário. No entanto, o candidato foi capaz de canalizar 40% das intenções de voto entre os eleitores que rejeitavam o candidato em terceiro lugar na disputa da capital da Bahia, Antônio Carlos Neto. A força de correlação entre as duas variáveis é de médio a alta em todos os casos.

TABELA 4 - TESTE DE CORRELAÇÃO - ELEITORES QUE REJEITAM O PRINCIPAL ADVERSÁRIO DO PREFEITO X INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO

| Agosto | | | Setembro | |
|-----------------|----------------------|-------|----------------------|-------|
| Nome da capital | Spearman Correlation | sig | Spearman Correlation | sig |
| Curitiba | 0,403 | 0,000 | 0,434 | 0,000 |
| Maceió | 0,484 | 0,000 | 0,343 | 0,000 |
| Goiânia | 0,443 | 0,000 | 0,457 | 0,000 |
| Porto Alegre | 0,684 | 0,000 | 0,605 | 0,000 |
| Fortaleza | 0,61 | 0,000 | 0,490, | 0,000 |
| Florianópolis | 0,533 | 0,000 | 0,499 | 0,000 |
| São Paulo | 0,354 | 0,000 | 0,375 | 0,000 |
| Salvador | 0,363 | 0,000 | 0,679 | 0,000 |
| Manaus | 0,556 | 0,000 | 0,461 | 0,000 |

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Com as regressões binárias, foi possível perceber até que ponto a intenção de voto no prefeito dependia da variável avaliação positiva com a administração, da rejeição ao prefeito e da rejeição ao principal adversário.

TABELA 5: INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO EM AGOSTO

| Nome da capital | Avaliação positiva da administração prefeito | | | Rejeição ao prefeito | | | Rejeição ao principal adversário | | |
|-----------------|--|---------|-------|----------------------|---------|---|----------------------------------|---------|-------|
| | Sig | Exp (B) | B | Sig | Exp (B) | B | Sig | Exp (B) | B |
| Curitiba | ,001 | 19,617 | 2,976 | n.s | - | - | ,006 | 8,029 | 2,083 |
| Maceió | n.s | - | - | n.s | - | - | ,028 | 4,119 | 1,416 |
| Goiânia | ,004 | 29,182 | 3,374 | n.s | - | - | ,037 | 4,780 | 1,566 |
| Porto Alegre | ,000 | 100,551 | 4,611 | n.s | - | - | n.s | - | - |

| | | | | | | | | | |
|---------------|------|--------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|
| Fortaleza | ,000 | 19,980 | 2,995 | n.s | - | - | ,000 | 4,938 | 1,597 |
| Florianópolis | n.s | - | - | n.s | - | - | ,019 | 2,501 | 0,917 |
| São Paulo | ,015 | 3,798 | 1,334 | n.s | - | - | n.s | - | - |
| Salvador | ,000 | 4,677 | 1,543 | n.s | - | - | n.s | - | - |
| Manaus | ,000 | 64,766 | 4,171 | 0,039 | 0,016 | 2,243 | ,011 | 3,246 | 1,177 |

Fonte: Ibope 2008.

TABELA 6: VARIÁVEL DEPENDENTE: INTENÇÃO DE VOTO NO PREFEITO EM SETEMBRO.

| Nome da capital | Avaliação positiva da administração prefeito | | | Rejeição do PREFEITO | | | Rejeição do principal adversário | | |
|-----------------|--|---------|-------|----------------------|---------|--------|----------------------------------|---------|--------|
| | Sig | Exp (B) | B | Sig | Exp (B) | B | Sig | Exp (B) | B |
| Curitiba | ,0,000 | 7,188 | 1,972 | ,0,000 | 0,090 | -2,410 | ,0,000 | 17,045 | 2, 836 |
| Maceió | n.s | - | - | n.s | - | - | ,0,033 | 3,296 | 1,193 |
| Goiânia | ,0,000 | 3,744 | 1,320 | n.s | - | - | ,0,007 | 5,288 | 1,665 |
| Porto Alegre | ,0,000 | 32,848 | 3,492 | ,0,000 | 0,038 | -3,274 | 0,007 | 2,553 | 0,937 |
| Fortaleza | ,0,000 | 8,250 | 2,110 | n.s | - | - | ,0,003 | 2,357 | 0,856 |
| Florianópolis | ,0,000 | 15,066 | 2,712 | 0,001 | 0,169 | -1,779 | ,0,000 | 0,102 | 0,648 |
| São Paulo | ,0,000 | 11,833 | 2,471 | 0,014 | 0,215 | -1,539 | ,0,007 | 0,057 | 0,519 |
| Salvador | ,0,000 | 105,096 | 4,655 | n.s | - | - | n.s | - | - |
| Manaus | ,0,000 | 11,649 | 2,455 | n.s | - | - | ,0,001 | 2,720 | 1,001 |

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008

A intenção de voto em Cícero Almeida (Maceió) ao longo do período – considerando as variáveis que foram utilizadas nesta pesquisa - não era explicada pela avaliação positiva com sua gestão, mas apenas pela rejeição ao principal adversário, atitude que uma vez presente, aumentava em 4,11 vezes a chance de votar na reeleição do prefeito em agosto. Já entre os demais prefeitos que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno, a avaliação positiva da administração ajudava a explicar o voto nos mesmos. Avaliar positivamente a prefeitura aumentava em 18,6 em agosto e em 6,17 vezes em setembro as chances de votar em Beto Richa (Curitiba); em 28,18 em agosto e em 2,74 vezes em setembro as chances de votar em Iris Rezende (Goiânia); e em 18,98 em agosto e em 7,25 vezes em setembro as chances de votar em Luiziane (Fortaleza).

No caso de Florianópolis, a rejeição ao principal adversário – Esperidião Amin - foi a única variável dentre as controladas neste estudo capaz de explicar o voto no prefeito Dário Berger em agosto. Já em setembro, avaliar bem a gestão municipal faz aumentar em 14,06 vezes as chances de votar na reeleição do prefeito.

Já o prefeito de Manaus – que não se reelegeu – apresentou baixas taxas de avaliação positiva da gestão (ainda que tenha a elevado de 19% em agosto para 33% em setembro), alcançou menos da metade das intenções de votos entre os eleitores que aprovavam administração (próximo de 40%) e contava com uma rejeição expressivamente maior do que a de seu adversário, com uma diferença de 24 pontos.

Dois casos neste estudo comparativo fugiram do padrão: Salvador e Porto Alegre. O prefeito de Salvador foi aquele que contava com a mais baixa taxa de aprovação de sua gestão, 20% em agosto e 26% em setembro; sua rejeição superava a de seu adversário em 12 pontos em setembro e, ainda assim, ao disputar o segundo turno, foi reeleito. Situação semelhante aconteceu com o prefeito de Porto Alegre.

A conclusão de VEIGA, SANTOS, NEVES foi que os prefeitos que se reelegeram ainda no primeiro turno da disputa tinham ao final do primeiro turno mais de 50% de aprovação de sua gestão. Foram os que conseguiam angariar mais de 80% de intenção de voto entre os eleitores que avaliavam bem o governo local e tinham uma taxa de rejeição inferior à de seu principal adversário, aquele com quem disputou o segundo turno. Estes políticos ainda agregaram coligações partidárias que lhes garantiram aproximadamente 60% de taxa de capilaridade (porcentagem de vereadores eleitos em 2004 pelos partidos coligados na reeleição do prefeito em 2008) e vasta vantagem no que se refere a tempo de veiculação de propaganda na televisão em comparação com os demais candidatos.

Partindo do modelo apresentado neste capítulo, a próxima parte desta dissertação pretende aprofundar o que é a satisfação com a gestão municipal. Nas nove capitais estudadas, nas quais os prefeitos foram candidatos à reeleição, o que era importante para os eleitores dentre os serviços públicos oferecidos por essa administração e tentar abrir uma discussão sobre como tal importância influencia na decisão do voto.

4 INFLUÊNCIA DAS ÁREAS DE GESTÃO PARA A SATISFAÇÃO: ABRINDO UM DEBATE

A presente dissertação parte do modelo apresentado no capítulo anterior, ou seja, que prefeitos que possuem bom índice de aprovação de suas gestões e vantagem na taxa de rejeição em relação ao seu principal adversário têm maior possibilidade de reeleição. Graças ao bom desempenho nas pesquisas de opinião conseguem uma maior capilaridade nas coligações e com isso maior tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Mesmo os prefeitos que não partiram de índices tão altos de aprovação de suas gestões conseguiram se reeleger porque, de modo geral, conquistaram aumento no índice de aprovação e diminuição na porcentagem de rejeição durante a campanha. Nesses casos, são mandatários que possuíam alta taxa de rejeição no início da disputa, mas que ao longo da mesma, paralelamente ao crescimento da avaliação positiva da gestão, tiveram a rejeição reduzida.

A partir deste modelo, a intenção da presente dissertação é tentar contribuir com o debate sobre a satisfação do eleitor tentando entender de que forma se dá tal satisfação. A tentativa será de analisar de que forma os serviços prestados pelo poder público municipal contribuem para a satisfação da gestão. Ou seja, podemos dizer que o eleitor está satisfeito com os serviços públicos e por isso vota no prefeito? Ou, se está insatisfeito, vota na oposição?

Como o presente trabalho utiliza a pesquisa Ibope, não é possível medir a satisfação com os serviços públicos da mesma forma que a gestão é avaliada (avalia positivamente, ou avalia negativamente). Isso porque o Ibope não perguntou aos eleitores, nas rodadas feitas nas nove capitais em 2008, diretamente, se estão satisfeitos ou insatisfeitos com os serviços prestados. As sondagens fazem o seguinte questionamento sobre os serviços públicos: ***Por favor, digam-me quais são as três áreas que mais tem preocupado o (a) Sr (a) e a sua família atualmente?***

A forma com que a pergunta é feita não permite afirmar que as três áreas indicadas são consideradas boas ou ruins para o eleitor e sim, tão somente, que elas preocupam o cidadão. Podem preocupar porque o cidadão sente falta de um serviço mais efetivo, ou porque é o serviço de maior demanda, entre outros fatores.

Podemos afirmar apenas que elas são importantes para os eleitores e não que ele se sente satisfeito com os serviços prestados pela prefeitura.

Para a presente dissertação, foi escolhida uma rodada de pesquisa Ibope de 2008 nas nove capitais analisadas que incluíam a pergunta: *Por favor, digam-me quais são as três áreas que mais tem preocupado o (a) Sr (a) e a sua família atualmente?* Isso porque não são todas as rodadas que apresentam tal questionamento. Foram escolhidas as pesquisas realizadas em segunda, ou terceira rodada durante a campanha de 2008, entre a metade de agosto até a metade de setembro, dependendo do caso de cada cidade.

Os testes de frequência serão obtidos dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, por exemplo, voto no candidato prefeito - voto em outro. As respostas a respeito da aprovação da gestão municipal, que tinham como alternativas ótima, boa, regular, ruim e péssima, foram divididas em dois grupos: ótima e boa como avaliação positiva e ruim e péssima como negativa. As respostas que consideravam a administração regular foram deixadas de lado, transformadas em *system-missing* no SPSS. Foram utilizadas as três respostas de maior frequência em cada cidade estudada. Assim, as respostas para saúde como primeiro lugar de importância foram separadas em “maior importância para saúde” e as demais respostas como “menor importância para saúde”.

4.1 Variáveis selecionadas

Foram separadas três perguntas específicas da pesquisa Ibope para as eleições para prefeito em 2008:

Se a eleição para Prefeito da cidade fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem o(a) Sr(a) votaria? (pergunta estimulada com a lista dos candidatos).

Como o Sr (a) classifica a administração do prefeito? O Sr diria que ela está sendo: ótima, boa, regular, ruim, péssima.

Esta é uma lista de áreas em que as pessoas vêm enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Por favor, diga-me quais são as Três áreas que mais tem preocupado o(a) Sr(a) e a sua família atualmente?

Opções de resposta (assinalar três): Calçamento de ruas e avenidas, Saúde, Educação, Praças/ Jardins/ Parques, Trânsito, Abastecimento de alimentos, Transporte coletivo, Iluminação pública, Limpeza pública, Abastecimento de água, Segurança pública, Habitação, Meio ambiente, Menor abandonado, Falta de opções de lazer, Rede de esgotos, Desemprego, Nenhuma destas, Não sabe.

4.2 Aplicação dos testes nas eleições estudadas

À pergunta sobre as três áreas que mais preocupam o entrevistado, o banco de dados do Ibope apresentou as respostas separadas, agrupando as citadas em primeiro lugar, citadas em segundo e em terceiro lugar. Para a presente dissertação, a opção foi estudar as três respostas indicadas com maior frequência.

A frequência de respostas para as áreas assinaladas como as três mais importantes é a seguinte:

TABELA 7 – ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS APONTADAS COMO DE MAIOR PREOCUPAÇÃO (COM POSSIBILIDADE DE APONTAR TRÊS)

| CIDADE | 1º MAIS CITADO | % | 2º MAIS CITADO | % | 3º MAIS CITADO | % |
|---------------|----------------|-------|--------------------|--------|----------------|--------|
| MACEIÓ | SAÚDE | 66,8 | CALÇAMENTO DE RUAS | 10 | EDUCAÇÃO | 8,1 |
| GOIÂNIA | SAÚDE | 72,3 | EDUCAÇÃO | 9 | TRÂNSITO | 4,3 |
| FORTALEZA | SAÚDE | 63,6 | CALÇAMENTO DE RUAS | 11,1 | EDUCAÇÃO | 6,1 |
| SALVADOR | SAÚDE | 66,40 | EDUCAÇÃO | 8 | CALÇAMENTO | 7,60% |
| PORTO ALEGRE | SAÚDE | 72,9 | CALÇAMENTO DE RUAS | 10,1 | EDUCAÇÃO | 7,6 |
| SÃO PAULO | SAÚDE | 71,7 | EDUCAÇÃO | 9,4 | TRÂNSITO | 6,1 |
| FLORIANÓPOLIS | SAÚDE | 62,2 | EDUCAÇÃO | 8,4 | CALÇAMENTO | 8 |
| MANAUS | SAÚDE | 47,7 | CALÇAMENTO DE RUAS | 15,90% | EDUCAÇÃO | 12,30% |
| CURITIBA | SEGURANÇA | 67% | SAÚDE | 61% | EDUCAÇÃO | 30% |

Fonte: autora, com dados do Ibope 2008

Com exceção de Curitiba, a primeira área citada é sempre saúde, com uma média de 65,4% das respostas. Em segundo lugar, as áreas de educação e calçamento de ruas e avenidas são apontadas como principal área da gestão pública. E em terceiro lugar, novamente educação e calçamento aparecem com maior frequência, porém em São Paulo e Goiânia os eleitores apontaram trânsito como uma das maiores preocupações na cidade. As demais áreas também são apontadas por alguns entrevistados como importantes, mas em uma porcentagem muito inferior e por isso não serão consideradas no presente trabalho.

TABELA 8 – COMPARAÇÃO DE NÚMEROS BRUTOS DE RESPOSTAS EM CADA ÁREA

| CIDADE | SAÚDE | | EDUCAÇÃO | | CALÇAMENTO | | TRÂNSITO | | SEGURANÇA | |
|---------------|-------|-----|----------|-----|------------|-----|----------|-----|-----------|-----|
| | AP | A.N | AP | A.N | AP | A.N | AP | A.N | AP | A.N |
| CURITIBA | 281 | 6 | 130 | 3 | | | | | 311 | 7 |
| FLORIANÓPOLIS | 171 | 62 | 22 | 13 | 24 | 8 | | | | |
| FORTALEZA | 243 | 62 | 24 | 5 | 47 | 11 | | | | |
| GOIÂNIA | 290 | 62 | 37 | 12 | | | 20 | 6 | | |
| MACEIÓ | 303 | 13 | 38 | 2 | 43 | 2 | | | | |
| MANAUS | 77 | 124 | 39 | 35 | 39 | 35 | | | | |
| PORTO ALEGRE | 201 | 123 | 19 | 14 | 31 | 13 | | | | |
| SALVADOR | 70 | 103 | 7 | 8 | 15 | 12 | | | | |

AP – avaliação positiva a gestão municipal

A.N – avaliação negativa a gestão municipal

Fonte: autora, com dados do Ibope 2008

Comparando as respostas brutas em cada uma das áreas indicadas, percebemos a forte preponderância de saúde, que foi justamente a área mais apontada em oito das nove capitais estudadas. A área da saúde, além de ser a mais indicada, é por uma quantidade de pessoas muito maior do que os demais temas. Assim é tanto por quem faz uma avaliação positiva da gestão, quanto negativa.

Mostrando a frequência de respostas de intenção de voto, agrupada com as respostas sobre a satisfação com a gestão, encontramos o seguinte resultado:

TABELA 9 – AVALIAÇÃO DA GESTÃO, INTENÇÃO DE VOTO E AS TRÊS ÁREAS CONSIDERADAS DE MAIOR IMPORTÂNCIA

| capital | avaliação da gestão | voto no prefeito | voto nos adversários |
|---------------|----------------------|---------------------|-------------------------|
| Florianópolis | | | |
| | avaliapositivamente | 63,5 | 36,5 |
| | avalianegativamente | 2,8 | 97,2 |
| Goiânia | | | |
| | avaliapositivamente | 86,6 | 13,4 |
| | avalianegativamente | 40 | 60 |
| São Paulo | | | |
| | avaliapositivamente | 29,2 | 70,8 |
| | avalianegativamente | 0 | 100 |
| Maceió | | | |
| | avalia positivamente | 94,9 | 5,1 |
| | avalia negativamente | 5,9 | 94,1 |
| Manaus | | | |
| | avalia positivamente | 40,7 | 59,3 |
| | avalia negativamente | 3,7 | 96,3 |
| Fortaleza | | | |
| | avalia positivamente | 69 | 31 |
| | avalia negativamente | 2,4 | 97,6 |
| Salvador | | | |
| | avalia positivamente | 52 | 48 |
| | avalia negativamente | 7 | 99,3 |
| Curitiba | | | |
| | avalia positivamente | 84,5 | 15,5 |
| | avalia negativamente | 16,7 | 83,3 |
| Porto Alegre | | | |
| | avalia positivamente | 70,8 | 29,2 |
| | avalia negativamente | 0,6 | 99,4 |

Fonte: autora, com dados do Ibope 2008

Para a próxima frequência, foram agrupadas as respostas de cada área indicada como importante, com avaliação da prefeitura e intenção de voto

TABELA 10 – ÁREAS DE GESTÃO APONTADAS, AVALIAÇÃO DA GESTÃO E INTENÇÃO DE VOTO

| capital | área | | voto no prefeito | voto nos adversários |
|---------------|------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|
| Florianópolis | | | | |
| | saúde | avaliar positivamente | 60,8 | 39,2 |
| | | avaliar negativamente | 3,2 | 96,8 |
| | educação | avaliar positivamente | 50 | 50 |
| | | avaliar negativamente | 0 | 100 |
| | calçamento | avaliar positivamente | 83,3 | 16,7 |
| | | avaliar negativamente | 0 | 100 |
| Goiânia | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 85,5 | 14,5 |
| | | avalia negativamente | 40,7 | 59,3 |
| | educação | avalia positivamente | 86,5 | 13,5 |
| | | avalia negativamente | 33,3 | 66,7 |
| | trânsito | avalia positivamente | 90 | 10 |
| | | avalia negativamente | 50 | 50 |
| São Paulo | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 27,4 | 72,6 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | educação | avalia positivamente | 38,5 | 61,5 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | trânsito | avalia positivamente | 42,4 | 57,6 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| Maceió | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 96,6 | 3,4 |
| | | avalia negativamente | 7,7 | 92,3 |
| | calçamento | avalia positivamente | 100 | 0 |

| | | | | |
|--------------|------------|----------------------|------|------|
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| | educação | avalia positivamente | 92,1 | 7,9 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| Manaus | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 33,8 | 66,2 |
| | | avalia negativamente | 2,4 | 97,6 |
| | | | | |
| | calçamento | avalia positivamente | 53,8 | 46,2 |
| | | avalia negativamente | 5,7 | 94,3 |
| | | | | |
| | educação | avalia positivamente | 25 | 75 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| Fortaleza | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 67,5 | 32,5 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| | calçamento | avalia positivamente | 70,2 | 29,8 |
| | | avalia negativamente | 9,1 | 90,9 |
| | | | | |
| | educação | avalia positivamente | 62,5 | 37,5 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| Salvador | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 55,7 | 44,3 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| | educação | avalia positivamente | 42,9 | 57,1 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| | calçamento | avalia positivamente | 60 | 40 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| Curitiba | | | | |
| | segurança | avalia positivamente | 87,1 | 12,9 |
| | | avalia negativamente | 14,3 | 85,7 |
| | | | | |
| | saúde | avalia positivamente | 82,9 | 17,1 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| | educação | avalia positivamente | 86,9 | 13,1 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| Porto Alegre | | | | |

| | | | | |
|--|------------|----------------------|------|------|
| | saúde | avalia positivamente | 70,6 | 29,4 |
| | | avalia negativamente | 0,8 | 99,2 |
| | | | | |
| | calçamento | avalia positivamente | 64,5 | 35,5 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |
| | | | | |
| | educação | avalia positivamente | 84,2 | 15,8 |
| | | avalia negativamente | 0 | 100 |

Fonte: da autora, com dados do Ibope 2008.

Não é possível afirmar, pelos dados apresentados nas pesquisas Ibope analisadas que exista uma correlação entre avaliar como mais importantes as três áreas da gestão, a satisfação com a administração municipal e o voto no prefeito. Ou seja, não é possível concluir que a intenção de voto no prefeito pode aumentar, ou diminuir em função da área considerada importante para o eleitor. Mas chama a atenção como se distribuem as respostas nas tabelas 9 e 10. Há uma diferença na distribuição de respostas entre a avaliação geral da prefeitura e quando são colocadas as três áreas apontadas como importantes.

Em Florianópolis, 63,5% dos entrevistados que diziam avaliar positivamente a prefeitura tinham a intenção de votar no prefeito. Quando analisamos as respostas por área da gestão municipal indicada, percebemos que a área de saúde, em Florianópolis, atinge uma porcentagem parecida: 60,8% dos entrevistados que diziam ser saúde a área mais importante da administração – e avaliavam positivamente a gestão -- tinham a intenção de votar no prefeito. Porém, essa distribuição a favor do prefeito diminui quando a área tida como prioritária pelo eleitor é educação. A metade dos que consideravam educação a área mais importante e avaliava positivamente a administração tinha a intenção de votar no prefeito, sendo que a outra metade tinha a intenção de votar no adversário. Já quando o assunto é calçamento, a distribuição entre os satisfeitos com a gestão é ainda mais favorável ao candidato à reeleição: 83,3% dos que consideravam o calçamento a área mais importante e que avaliavam bem a prefeitura tinham a intenção de votar no prefeito.

Em São Paulo, 29,2% dos entrevistados que avaliavam positivamente a gestão municipal tinham a intenção de votar no prefeito – como já visto anteriormente, Kassab inicia a campanha de forma desfavorável e vai melhorando a

satisfação com sua gestão durante a campanha, assim como aumentando o vínculo entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito. A área de saúde também encontra uma distribuição de respostas parecida com a avaliação geral. Mas a distribuição é mais favorável ao prefeito quando a área de educação é citada como importante, com 38,5% das pessoas que indicavam educação e avaliavam positivamente a gestão, declaravam intenção de votar no prefeito. Quando trânsito é citado, a situação melhora um pouco mais, com 42,4% dos pesquisados que indicavam essa área como importante e avaliavam positivamente a prefeitura, declaravam intenção de votar em Kassab.

Em Manaus, 40,7% dos entrevistados diziam avaliar positivamente a prefeitura e terem a intenção de votar no prefeito. Dentre as que indicavam saúde como mais importante, tal distribuição cai para 33,8% dentre os que avaliavam positivamente e tinham a intenção de votar no prefeito. Dentre as que indicam educação como importante, a porcentagem cai um pouco mais, com 25% dos entrevistados que avaliavam positivamente a gestão declarando voto no prefeito. A distribuição é favorável quando o tema é calçamento, com 53,8% dos que indicavam essa área e avaliavam positivamente a prefeitura indicando a intenção de votar no prefeito.

Em Salvador, 52% diziam avaliar positivamente a gestão do prefeito e terem a intenção de votar nele. Porcentagem não muito diferente para os que indicam saúde, avaliam positivamente a gestão e tinham a intenção de votar no prefeito: 55,7%. Porém, essa distribuição cai quando o tema é educação, 42,9%, e sobe quando o tema calçamento é citado como importante, com 60% das respostas dentre os que avaliavam positivamente a prefeitura e tinham a intenção de votar no prefeito.

A distribuição também difere bem em Porto Alegre: 70,8% dos entrevistados que diziam avaliar positivamente a prefeitura e tinham a intenção de votar no prefeito. Porcentagem praticamente igual quando o tema saúde é indicado, com 70,6% das respostas dentre os que avaliavam positivamente a prefeitura e tinham a intenção de votar no prefeito. Mas diminui quando o tema indicado é calçamento, com 64,5% das respostas, e aumenta quando educação é indicada como área importante, com 84,2% das respostas dentre os que avaliavam positivamente a gestão e declaravam intenção de voto no prefeito.

Em quatro cidades, apesar de ser encontrada diferença na distribuição de respostas sobre a intenção de voto no prefeito quando é incluída a área de gestão

indicada como importante, para além da avaliação positiva com a gestão, a diferença é pequena, indicando um equilíbrio entre as respostas de avaliação geral com a avaliação incluída a área. Em Goiânia, 86,6% dos eleitores que avaliam positivamente a gestão tinham a intenção de votar no prefeito. Quando a área indicada como importante é saúde, 85,5% que diziam avaliar positivamente a gestão municipal tinham a intenção de reeleger o prefeito. No caso de educação, tal distribuição é de 86,5% e trânsito, um pouco maior, 90%.

Em Maceió, 94,9% dos entrevistados que avaliavam positivamente a administração municipal tinham a intenção de votar no prefeito. Quando a área indicada como importante era saúde, dos que pretendiam votar no prefeito dentre dos que avaliavam positivamente a gestão era de 96,6%, calçamento 100% e educação 92,1%.

Em Curitiba 84,5% dos que avaliavam positivamente a gestão e tinham a intenção de reeleger o prefeito. Quando o tema indicado era segurança, tal porcentagem de intenção de voto dentre os que avaliam de maneira positiva a gestão foi de 87,1%, no caso da preferência pela saúde 82,9% e no caso da educação 86,9% dentre os que avaliavam positivamente a gestão, tinham a intenção de votar no prefeito.

Em Fortaleza essa diferença na distribuição aumenta um pouco, comparada com as três capitais anteriores, mas ainda indica certo equilíbrio, com 69% das respostas dentre os que avaliavam positivamente a gestão e tinham a intenção de votar no prefeito. Quando o assunto indicado era saúde, 67,5% dos que indicavam avaliar positivamente votavam no prefeito. Com a indicação para calçamento, vai para 70,2% e educação desce para 62,5% a porcentagem de intenção de voto no mandatário dentre os que avaliavam bem a gestão.

Dependendo da importância que se dá a uma área, ou não, a distribuição de voto entre os eleitores se modifica. Assim, podemos separar essas nove capitais da seguinte forma:

1 - Cidades que apresentaram maior disparidade das intenções de voto para o mandatário dentre os eleitores que avaliam positivamente, dependendo da área que definia como prioritária – Florianópolis, São Paulo, Manaus, Salvador e Porto Alegre.

2 - Cidades que apresentaram semelhanças na distribuição das intenções de voto para o mandatário dentre os eleitores que avaliam positivamente, dependendo da área que definia como prioritária: Goiânia, Maceió, Curitiba e, com menor semelhança Fortaleza.

CONCLUSÃO

A presente dissertação foi apresentada com dois objetivos principais:

1) Analisar o peso da satisfação com a administração municipal na definição do voto. No capítulo 3 foi apresentado o modelo no qual a dissertação está baseada, que demonstrou que prefeitos das nove capitais estudadas que possuíam bom índice de aprovação de suas gestões e vantagem na taxa de rejeição em relação ao seu principal adversário tiveram maior possibilidade de reeleição. Tal vantagem também foi conquistada porque conseguiram uma maior capilaridade nas coligações e com isso maior tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Mesmo os prefeitos que não partiram de índices tão altos de aprovação de suas gestões conseguiram se reeleger porque, de modo geral, conquistaram aumento no índice de aprovação e diminuição na porcentagem de rejeição durante a campanha. Nesses casos, são mandatários que possuíam alta taxa de rejeição no início da disputa, mas que ao longo da mesma, paralelamente ao crescimento da avaliação positiva da gestão, tiveram a rejeição reduzida.

2) Apontar indícios que contribuíssem para a discussão sobre a importância da avaliação positiva da gestão na decisão eleitoral, levando em conta a importância dada pelo eleitor aos serviços públicos municipais.

Nesse ponto é preciso, mais uma vez, reconhecer uma limitação da presente pesquisa: ela foi realizada com um banco de dados pronto, não planejado para o aprofundamento pretendido pela dissertação. Ou seja, a dissertação não usou dados próprios. A vantagem de se usar um banco de dados pronto é que outros pesquisadores também podem explorá-lo e refutar, ou confirmar, a presente pesquisa, o que é importante para a Ciência. Além disso, o Ibope, por ser um instituto reconhecido e estruturado, teve condições de fazer várias pesquisas municipais de âmbito nacional, possibilitando registrar a cena eleitoral em 2008 e o acompanhamento de vários casos locais. Mas quem lida com tais dados precisa estar ciente de que deve trabalhar com seus limites, com os dados que ela possui, e

não tentar ir além deles. Neste caso, não havia como medir a avaliação positiva do eleitor dos serviços públicos prestados, o que não retira a importância da pergunta feita pelo Ibope sobre as áreas consideradas de maior gravidade para o eleitor.

Como um retrato da campanha de 2008, tal pergunta da pesquisa Ibope – sobre a importância dada aos serviços públicos -- quando juntada com a avaliação da administração e com a intenção de voto pode indicar caminhos sobre o peso que avaliar bem um determinado serviço ou outro prestado pela prefeitura pode ter na avaliação com a administração municipal como um todo e com o seu efeito na decisão do voto.

Com os testes apresentados no capítulo 4 foi possível separar as cidades em dois blocos: em um grupo, foram reunidas aquelas em que a distribuição da porcentagem de intenção de voto no prefeito apresentava disparidade entre os que apontavam para a avaliação positiva da gestão de acordo com a variação das áreas consideradas importantes. Em outro grupo, tais taxas se apresentaram de forma mais equilibrada, a despeito de quais áreas eram tidas como mais importantes. As quatro cidades que apresentaram equilíbrio nas respostas os prefeitos foram reeleitos no primeiro turno. Na cidade que apresenta maior diferença de porcentagem das respostas, Manaus, o prefeito foi o único não reeleito dentre as capitais estudadas.

A separação das cidades nesses dois blocos pode ser visto como um indicativo de como os serviços públicos podem ser levados em consideração na decisão do voto, embora não se possa fazer qualquer afirmação neste sentido. Ao menos no período das pesquisas, existia uma diferença em intenção de voto dependendo da área indicada como importante. Não é possível afirmar de forma categórica que a área de gestão influencia na definição do voto porque não foi feita a pergunta direta sobre a satisfação com os serviços públicos. Mas a diferença na distribuição pode indicar quais os serviços públicos que contam mais, ou menos, na definição de voto, resguardando as diferenças de cada cidade e sem afirmar uma relação de causalidade.

Também é importante notar que nas nove capitais estudadas as três áreas consideradas mais importantes pelos eleitores coincidem: saúde e educação sempre indicadas e trânsito para algumas cidades e calçamento para outras. Apenas Curitiba sai desse padrão, com a indicação da área de segurança em primeiro lugar.

Através dos testes, foi possível verificar que a área da saúde concentra a preocupação dos eleitores entrevistados pelo Ibope em oito das nove capitais, no período da eleição para prefeito da cidade. Saúde concentra 65,4% das primeiras respostas (a pesquisa pede para assinalar três).

Não foi feita uma análise comparativa entre o início e o final da campanha para perceber se a opinião a respeito dos serviços públicos permaneceu a mesma porque, como já foi mencionado, o Ibope não apresentou o questionário completo em todas as rodadas de pesquisa. Mas pela evolução da satisfação dos eleitores com a gestão municipal durante a campanha, pode-se dizer que esse período teve o efeito de aumentar a avaliação positiva com a gestão. Como já mencionado, os prefeitos reeleitos dentre as cidades estudadas conseguiram melhorar sua avaliação de gestão durante a campanha. Além disso, como apresentado no capítulo 3, é importante reafirmar que os prefeitos que se reelegeram ainda no primeiro turno da disputa tinham ao final do primeiro turno mais de 50% de aprovação de sua gestão. Foram os que conseguiam angariar mais de 80% de intenção de voto entre os eleitores que avaliavam bem o governo local e tinham uma taxa de rejeição inferior à de seu principal adversário, aquele com quem disputou o segundo turno. Estes políticos ainda agregaram coligações partidárias que lhes garantiram aproximadamente 60% de taxa de capilaridade (porcentagem de vereadores eleitos em 2004 pelos partidos coligados na reeleição do prefeito em 2008) e vasta vantagem no que se refere a tempo de veiculação de propaganda na televisão em comparação com os demais candidatos.

Entendendo que a avaliação positiva com a gestão municipal é fator importante para a eleição de um determinado candidato – se ele for de situação quando a avaliação é positiva e se for de oposição, quando negativa – a intenção era aprofundar um pouco mais o que é essa satisfação. Se é com os serviços públicos oferecidos durante a gestão, ou se leva em conta outros fatores.

Somente a avaliação dos serviços públicos não é capaz de explicar o sucesso, ou fracasso das campanhas. A avaliação positiva pode incluir outros fatores, como a imagem construída pelo prefeito, a rejeição ao nome dele e aos principais adversários, sem falar da dinâmica própria da campanha, como o Horário Eleitoral, que não é estudado nesse trabalho.

Porém, os testes de indicação das áreas consideradas importantes e a indicação de voto no prefeito mostram que as duas respostas podem indicar que

avaliar positivamente a gestão municipal e considerar uma área como importante em tal gestão pode ser critério para voto no prefeito, ou no adversário.

Com tal estudo, a intenção foi iniciar uma investigação que merece maior aprofundamento. As eleições municipais, ainda não tão bem estudadas no Brasil como as eleições federais, merecem uma atenção maior por parte dos pesquisadores de comportamento eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIA, Fátima, e MELO, Carlos Ranulfo, Brasil, duas décadas de democracia, in **Revista de Ciência Política**, vol. 29, nº2. Santiago: Instituto de Ciência Política, 2009. P. 275 a 300.

BARRETO, A. A. B. . Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais. In: **33º Encontro Anual da Anpocs, 2009, Caxambu**. 33º Encontro Anual da ANPOCS -. São Paulo : Anpocs, 2009. v. 1. p. 1-30. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,80/Itemid,85.

BECKER, Gary. **The Economic Approach to Human Behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

BERELSON, B. R, LAZARFELD. P. F., McPHEE, W. N., **Voting, A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

BORBA, Julian, et al., A eleição de 2008 para prefeito em Florianópolis, in BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org), **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí, Editora Unijuí, 2009. p. 83-118.

BUCHANAN, James M. and TULLOCK, Gordon. **The Calculus of Consent. Logical Foundations of Constitutional Democracy**. Indianapolis:Liberty Fund, 2004.

CAMARGOS, Malco Braga, **Economia e Voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998**, in: LUCAS, João Ignácio (org), **Da Rua às Urnas**, Caxias do Sul: EducS, 2003. CARREIRÃO, Yan, **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora FGV, 2002.

CAMARGOS, Malco, Belo Horizonte: a manutenção do status quo, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 91- 120.

CARDARELLO, Antonio, **La Reeleccion inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Um estudio de tres casos**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPG em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CARREIRÃO, Yan, **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora FGV, 2002.

CARVALHO, Bruno Sciberras, **A Escolha Racional como Teoria Social e Política: Uma Interpretação Crítica**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2006.

CERVI, E, FUKS, M, Curitiba: a disputa plebiscitária, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 263- 294.

CERVI, Emerson, **Métodos Quantitativos aplicados às Ciências Sociais**. Documento não publicado, disponibilizado por e-mail. Universidade Federal do Paraná, 2009.

CHAIA, Vera et al. São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 17 – 48.

DOWNS, Anthony, **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FEREJOHN, John e PASQUINO, Pasquale, A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política, in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol 16, nº 45. São Paulo, 2001. Pág 5-24.

FIGUEIREDO, Marcus, **A decisão do Voto, Democracia e Racionalidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus et al., **Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral**, in FIGUEIREDO, Rubens (org.), **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**, São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

FIGUEIREDO, M, VEIGA, L F, ALDE, A, Rio de Janeiro: César versus Conde e a nova política Carioca, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 49- 90.

FIORINA, Moris P, **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven and London, Yale University Press, 1981.

LAMOUNIER, Bolívar, Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p 1-86.

LAVAREDA, Antônio, **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009.

LAZARSFELD, P, BERELSON, B, GAUDET, H., **The People's Choice, How the Voters Makes Up his Mind in a Presidential Campaign**. New York: Columbia University Press, 1944.

LEWIS-BECK, Michel S. ET AL., **The American Voter Revisited**. Michigan: The University of Michigan Press Ann Arbor, 2008.

LIMA JR., Olavo Brasil de, Articulação de Interesses, Posição Sócio-econômica e Ideologia: As eleições de 1976 em Niterói, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p 91- 144.

MARENCO, André, O voto em dois tempos: Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre, in BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org), **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí, Editora Unijuí, 2009. p. 67-82.

PAIVA, D, KRAUSE, S., Goiânia: voto partidário ou voto pela ética na política, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 227-262.

POPKIN, Samuel L., **The Reasoning Voter, Communication and Persuasion in Presidential Campaign**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

RADMANN, Elis Rejane, **O Eleitor Brasileiro – uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

REDLAWSK, David P., What Voters Do: Information Search during Election Campaigns, in **Political Psychology** 25 (August).Virginia (EUA): ISPP. 2004. P. 595-610.

REIS, Fábio Wanderley (org), **Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo, Símbolo, 1978.

RUBIN, Antonio Albino, Salvador: a permanência da hegemonia carlista, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p 173- 226.

SIMON, Herbert Alexander, **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SINGER, André, **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro, A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Edusp, 1999.

SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

SNIDERMAN, P. & LEVENDUSCKY, Matthew, An Institutional Theory of Political Choice, in DALTON, Russell J., KLINGEMANN, Hans-Dieter, **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford, Oxford University Press, 2009.

SOARES, Glaucio Ary Dillon, **Em busca da racionalidade perdida**. Revista Brasileira de ciências Sociais, vol 15, nº 43, 2000.

SOUZA, Celina, **Governos locais e gestão de políticas sociais universais**, in São Paulo em Perspectiva, 18(2): 2004. Pág 27-41.

TELLES, Helcimara de Souza, Estratégias de Campanha Política: slogans e retóricas nas eleições para prefeitos no Brasil, in **America Latina Hoy**, nº 51. Salamanca: Editora Universidade de Salamanca, 2009. Pág 141- 168.

O eleitor e a lógica do voto: a (des)articulação entre o local e o nacional, 7º Encontro da Associação Nacional de Ciência Política. Disponibilizado em www.abcp2010.sinteseeventos.com.br, 2010.

TRINDADE, Hégio e CEW, Judson de, Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p. 45-211.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral, Agência de Notícias da Justiça Eleitoral, disponível em <http://www.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticia>. Acessado em 18/12/2010.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos**. São Paulo: Edusp, 1998.

VEIGA, Luciana, Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política, in **Revista Contra Campo**, Vol 7, revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói: p.183-208, 2003. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/contracampo/article/view/25/24>

_____, Persuasão Eleitoral: como o Horário Eleitoral influencia a decisão do voto, in: LUCAS, João Ignácio (org), **Da Rua às Urnas**, Caxias do Sul: Educus, 2003.

VEIGA, Luciana, SANTOS, Sandra Avi, NEVES, Daniela Silva, Prefeito bem avaliado, prefeito reeleito? Sobre o peso da satisfação com a administração na eleição, in **7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Recife, 2010.

RELATÓRIOS OBTIDOS EM SITE

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (Ibope) Relatório sobre pesquisas feitas sobre eleições e administração pública: www.ibope.com.br

ANEXO 1

Os candidatos à reeleição estudados concorreram com o seguinte cenário

| REELEITOS NO PRIMEIRO TURNO | | | | | |
|-----------------------------|------------------------|---|-----------|-------------|--------------------|
| CIDADE | CANDIDATO REELEIÇÃO | PRINC ADVERSÁRIO | % INICIAL | % FINAL v v | |
| CURITIBA | Beto Richa | Gleisi (PT) | 70 | 77,27 | |
| MACEIÓ | Cicero Almeida | Judson Cabral (PT) | 80 | 81,4 | |
| FORTALEZA | Luizianne Lins | Moroni (DEM) | 29 | 50,16 | |
| GOIÂNIA | Iris Resende | Sandes Junior (PP) | 71 | 74,16 | |
| REELEITOS NO 2º TURNO | | | | | |
| CIDADE | CANDIDATO REELEIÇÃO | PRINC ADVERSÁRIO | % INICIAL | % FINAL 1t | % FINAL 2 TURNO |
| SÃO PAULO | Gilberto Kassab | Marta (PT) | 8 | 33,6 | 60,72 |
| SALVADOR | João Henrique | ACM Neto (DEM) e Pinheiro (PT) | 15 | 30,97 | 58,46 |
| PORTO ALEGRE | José Fogaça | Manuela (PCdoB) e Maria do Rosário (PT) | 33 | 43,85 | 58,95 |
| FLORIANÓPOLIS | Dario Berger | Esperidião Amin (PP) | 27 | 39,8 | 57,6 |
| NÃO REELEITO | | | | | |
| CIDADE | CANDIDATO REELEIÇÃO | PRINC ADVERSÁRIO | % INICIAL | % FINAL 1t | % FINAL 2 TURNO |
| MANAUS | Serafim Corrêa | Amazonino Mendez (PTB) | 8 | 23 | 42,8 |

% Inicial – porcentagem de intenção de voto no prefeito no início da campanha referente à primeira rodada do Ibope

% Final 1 t– resultado final do primeiro turno com dados oficiais das eleições, com votos válidos

% Final 2t – resultado final do segundo turno referente a resultado das eleições, com votos válidos